

CATÓLICO E ANTISSEMITA: DOM JOUIN, DOM BENIGNI E PADRE BOULIN: UM CATÓLICO PODE SER ANTISSEMITA?

Padre Olivier Rioult, 22 de agosto de 2022

Não é raro ouvir, da parte de tal padre ou de tal leigo um pouco influente, e que se quer zeloso no serviço de Deus, a declaração peremptória: “Não se pode ser católico e antissemita! Aliás, o antissemitismo foi (infalivelmente...) condenado pelo Papa!”.

Essas pessoas se enganam gravemente, e por mais de um motivo. Elas ignoram uma quantidade considerável de cânones conciliares e de diretrizes papais que restringiam a liberdade civil dos judeus. Elas também se equivocam ao afirmar que Pio XI teria condenado todo tipo de antissemitismo, e enganam-se completamente ao escrever que isso teria sido feito de maneira infalível...

Para perceber isso, basta ler — como fizemos — o livro de Nina Valbousquet, publicado em 2020 pelas Éditions du CNRS, intitulado: *Catholique et antisémite: Le réseau de Mgr. Benigni (1918–1934)* (“Católico e antissemita: A rede de Mons. Benigni (1918–1934)”). O objetivo do livro é mostrar a tentativa de Monsenhor Umberto Benigni, próximo do Papa São Pio X, de organizar redes antissemitas em escala mundial.

Propomo-nos aqui extrair dessas 322 páginas os principais trechos relativos a três eclesiásticos em particular, devido à sua importância na luta antissemita: Mons. Jouin, Mons. Benigni e o padre Boulain.

I. APRESENTAÇÃO ECLESIAÍSTICA

Mons. Ernest Jouin (†1932), “detentor desde 1895 do título honorífico de cônego da catedral de Angers, assumiu o encargo da paróquia de Saint-Augustin em Paris de 1899 até sua morte. [Ele resiste à] separação entre Igreja e Estado em 1905¹ e aos Inventários em 1906.² [Jouin] mobiliza os fiéis de sua paróquia para



Figura 1: Umberto Benigni (à esquerda) com Jules Saubat (à direita), 1913, Arquivos dos Betharramitas de Roma.

¹ Em 9 de dezembro de 1905, o Parlamento francês promulgou a lei de separação entre Igreja e

impedir a entrada dos agentes do Estado na igreja, o que lhe vale uma condenação à multa pelo tribunal correicional do Sena por ‘provocação direta à resistência à execução das leis francesas’ (11-13 de abril de 1907). (...) Forjado tanto na luta contra as leis laicizantes quanto no ativismo anti-judaico-maçônico, o percurso de Jouin o leva a fundar sua própria revista mensal, a *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (RISS), em janeiro de 1912, com a ajuda de seu homem de confiança, **Charles Nicoullaud**.” (Valbousquet, 2020, p. 44–45).

Em 23 de março de 1918, um breve do papa Bento XV “conferindo a Jouin o título de prelado é um apoio claro a todos os aspectos da carreira do cura de Saint-Augustin, incluindo suas publicações: ‘Sabemos (...) que afirmastes com constância e coragem os direitos da Igreja Católica — não sem perigo de vossa vida — contra as seitas inimigas da religião, e que nada poupais, nem esforços, nem despesas, para divulgar ao público vossos escritos sobre tais matérias.’” (Valbousquet, 2020, p. 48).

Mons. Umberto Benigni (†1934), zeloso prelado na luta contra o modernismo católico, antigo membro da cúria de São Pio X e então protonotário apostólico da Santa Sé. “Figura emblemática da corrente católica integrista”, combateu “tanto o modernismo religioso e político quanto o poder dos jesuítas.” “Subsecretário da Congregação dos Assuntos Extraordinários da Santa Sé entre 1906 e 1911, Benigni é provavelmente o rosto mais conhecido da repressão ao modernismo sob o pontificado de Pio X (1903-1914), como dirigente do *Sodalitium Pianum*, conhecido como *La Sapinière*, uma rede secreta e internacional de denúncia de modernistas, aprovada entre 1909 e 1914.” (Valbousquet, 2020, p. 14-15). *La Sapinière* era uma espécie de “‘serviço secreto’ sob autoridade do papa e sob ordem exclusiva do ‘domínio reservado de Pio X e de seu governo’. Em 1911, Pio X exortava os membros de *La Sapinière* a travar ‘o bom combate da fé, particularmente contra os erros e as astúcias do modernismo sob todas as suas formas.’” (Valbousquet, 2020, p. 30). Mons. Benigni será “até 1923 professor de história eclesiástica e de diplomacia na prestigiosa Academia dos Nobres Eclesiásticos, cuja vocação era formar os diplomatas da Santa Sé. Eugenio Pacelli

Estado, projeto de iniciativa do deputado socialista Aristide Briand. Era a conclusão de um confronto virulento que opôs os governantes da Terceira República à Igreja, encerrando-se assim as relações estabelecidas pela Concordata de 1801. (N.T.)

² A Querela dos Inventários foi um conjunto de distúrbios ocorridos em várias regiões da França, em consequência da Lei de Separação das Igrejas e do Estado de 1905 e do decreto de 29 de dezembro de 1905, que previa o inventário dos bens da Igreja e a preparação da devolução desses bens às associações religiosas definidas no artigo 4º da referida lei. Em 2 de janeiro de 1906, uma circular do governo instruiu as autoridades a abrir os templos durante os inventários, gerando indignação entre os católicos. (N.T.)

— o futuro Pio XII — foi seu aluno antes de se tornar ele mesmo professor na Academia, ao lado de Benigni.” (Valbousquet, 2020, p. 25–26).

Padre Paul-Émile Boulin (†1933), ordenado sacerdote em Troyes em 1898, homem de letras e polemista, foi redator de *L’Univers* (1912), mas sobretudo um membro eminente e um correspondente central de *La Sapinière*. “Antimoderno e antimodernista, a rede é definida como uma ‘entente romana de grupos católicos romanos integrais’, como no programa publicado em 1913: ‘O católico romano integral³ aceita integralmente a doutrina, a disciplina, as orientações da Santa Sé e todas as suas consequências legítimas para o indivíduo e para a sociedade. Ele é (...) antimodernista, antiliberal, antiseitário.⁴ Portanto, é integralmente contra-revolucionário, porque é adversário não apenas da revolução jacobina e do radicalismo sectário, mas também do liberalismo religioso e social.’” (Valbousquet, 2020, p. 29).

Para medir a estatura do abade Boulin, é preciso conhecer a confiança que ele deixou, sob um de seus pseudônimos, num livro escrito ao fim da vida: “Escrevi há uns vinte anos já, a seu respeito [dos padres democratas, charlatães da ação social], em *L’Univers*, estas linhas que Pio X dignou-se retomar quase palavra por palavra em sua carta apostólica sobre o Sillon: ‘Não... não se construirá a cidade de outro modo senão como Deus a construiu; não se edificará a sociedade, se a Igreja não lançar os fundamentos e não dirigir os trabalhos; não, a civilização não está por ser inventada nem a cidade nova por ser construída nas nuvens. Ela foi, ela é: é a civilização cristã, é a cidade católica. Trata-se apenas de instaurá-la sem cessar sobre seus fundamentos naturais e divinos contra os ataques sempre renascentes da utopia malsã, da revolta e da impiedade: *omnia instaurare in Christo*’. Tal testemunho basta à honra de um publicista, certo assim de ter um dia ‘sentido com a Igreja’, e não tendo variado desde então, nem com as lisonjas nem com os ultrajes, de ter guardado a fé e transmitido intacto o depósito.” (Roger Duguet, *Autour de la Tiare*, Ensaio, Fernand Sorlot, Paris, 1931, p. 269, publicado postumamente).

II. O BOM COMBATE DA FÉ

“Para os zelosos de *La Sapinière*, a maior ameaça para a Igreja é representada pelos ‘inimigos internos’, ou seja, os católicos que introduzem o liberalismo e a separação dentro da religião, enfraquecendo assim a Igreja desde o interior. O ponto 3 do programa de 1913 [declara]: ‘Consideramos como chagas no corpo vivo da Igreja o espírito e a factualidade do liberalismo e do democratismo ditos

³ Ao longo do texto, os termos “integral” e “integrista” serão empregados como sinônimos. (N.T.)

⁴ No sentido de rejeitar qualquer envolvimento em seitas ou condescendência com elas, sobretudo sociedades secretas. (N.T.)

católicos, assim como do modernismo intelectual e prático, radical ou moderado, com todas as suas consequências.” (Valbousquet, 2020, p. 36–37).

Mas seu zelo não se exercia unicamente contra os inimigos internos. Eles combatiam também os inimigos externos, entre os quais, os “judeus”. Todos esses eclesiásticos reivindicavam orgulhosamente seu antissemitismo.

“Os artigos antissemitas [de Mons. Benigni] abundam na primeira fase de sua carreira de jornalista, nos anos 1890, moldando uma imagem dos judeus como estrangeiros e parasitas no seio das nações cristãs, os ‘inimigos naturais da Cristandade no plano ético-religioso e sanguessugas dos povos no plano ético-econômico.’” (Valbousquet, 2020, p. 41). Em sua *Storia sociale della Chiesa*, o professor Benigni escrevia: “A Igreja docente e reinante continuou a pregar o perdão, ao mesmo tempo que promulgava leis de prudência e de preservação contra a ‘perfídia judaica’; mas o povo cristão se sentia mais povo do que cristão, e por essa razão os judeus tiveram de ajustar contas com uma justiça popular quase sempre tumultuosa, ilegal e cruel, mas quase nunca imerecida.” (Valbousquet, 2020, p. 42).

“O antissemitismo assume uma função contra-revolucionária para os antissemitas católicos como Benigni ou Jouin, que clamam pelo restabelecimento de um regime de separação que exclua os judeus da sociedade cristã. Eles desejam apagar a emancipação dos judeus e restaurar um sistema de guetos, corporações e privilégios comunitários. De fato, esse apelo à segregação é também uma apologia do Antigo Regime: o antissemitismo católico inscreve-se aqui em um campo mais político. O discurso antissemita é mobilizado em uma luta contra a secularização e contra as revoluções liberais na França e na Itália, apoiando-se nas posições dos papas intransigentes do século XIX. (...) Embora Leão XIII tenha se mostrado mais reservado posteriormente, Pio IX, ‘prisioneiro do Vaticano’, já havia conferido certa legitimidade [à interpretação que via um] conluio entre judeus e revolucionários, particularmente em suas declarações aos peregrinos em Roma depois de 1870, invocando a ‘nação réproba que permanece na reprobção.’” (Valbousquet, 2020, p. 49–50).

Mons. Jouin, numa carta endereçada a **dom Baucher** em 1920, em oposição ao segundo Ralliement, escreve: “As leis laicas são maçônicas. E a judeo-maçonaria quer destruir a Igreja. Não se pode, portanto, depositar qualquer confiança na lei das [associações] religiosas nem na jurisprudência de alguns acórdãos do Conselho de Estado.’ (...) Para o prelado de Saint-Augustin, a solução para a ‘questão judaica’ não reside na conversão dos judeus ao catolicismo, mas muito mais na conversão dos próprios católicos — no seu retorno à fé e à defesa dos direitos da Igreja: a ‘solução, a única verdadeira, a única eficaz, a única capaz de

prevenir os cataclismos de amanhã, a única que liberta do perigo, **é a nossa conversão.**’ (...) ‘O judeu é o castigo do católico; ele penetra em nossas sociedades na medida em que estas expulsam Deus.’” (Valbousquet, 2020, p. 51).

Numa carta ao cardeal Pignatelli di Belmonte, Mons. Jouin escreverá: “‘Os católicos da França aceitam o Estado e as leis laicas. É um deslizamento para a esquerda do ponto de vista político, mas (o que é mais grave), é uma apostasia do ponto de vista religioso.’” (Valbousquet, 2020, p. 65).

Como já mencionamos, a revista de Mons. Jouin foi elogiada pela hierarquia eclesiástica. “O renascimento da RISS em 1920 é saudado por personalidades eclesiásticas, notadamente pelo **cardeal Luçon**, arcebispo de Reims, e pelo arcebispo de Cambrai, **Jean-Arthur Chollet**. Secretário da comissão permanente da Assembleia dos Cardeais e Arcebispos da França, Mons. Chollet torna-se assinante oficial da RISS e saúda em seu diretor o ‘incansável adversário das sociedades secretas’. Em Roma, o influente padre **Henri Le Floch**, superior do [Pontifício] Seminário Francês, agradece a Jouin pelo envio da RISS ainda em 1923, enquanto o **cardeal Billot**, apoiador dos intransigentes, exalta a obra de desvelamento realizada por Jouin com ‘seu valente periódico, que deve ser continuado a todo custo para iluminar os católicos cegados.’” (Valbousquet, 2020, p. 64).

III. OS INTEGRISTAS E OS “PROTÓCOLOS”

Mons. Jouin publicou os *Protocolos* na edição de outubro de 1920 da RISS, ao lado de um dos episódios de “La Guerre maçonnique”. Em 1921, em sua obra principal, *Le Péril judéo-maçonnique* (“O Perigo Judaico-Maçônico”), após ter prestado homenagem à luta de Pio X contra o modernismo e contra a Lei da Separação [de 1905], Mons. Jouin explicava “a acuidade e a atualidade do ‘problema judaico’ pelo desvio dos católicos em direção ao liberalismo e ao secularismo. (...): ‘Tal é o vírus do liberalismo, cujos efeitos são demasiado manifestos para que seja necessário recorrer aos *Protocolos*. Os países católicos estão infectados por ele. A França está morrendo; ela sucumbe ante os judeus e os maçons porque já não possui, por ora, herdeiros convictos da antiga fé de seus pais, e porque o sangue dos cruzados circula tão pouco em suas veias que ela não protestou contra a espoliação da Palestina, feita em desprezo de todos os seus direitos e em proveito do reino de Sião. (...) A judeo-maçonaria fez, no passado, a revolução de 1793. (...) A judeo-maçonaria faz, no presente, a revolução russa, cujo bolchevismo ameaça o mundo inteiro. (...) Para alcançar a dominação do mundo, os judeus devem tomar posse de todos os Estados. (...) É isso o que pretendem realizar pela tríplice dominação: dos bens, do poder e dos povos decaídos. (...) Até a hora da vingança de Deus, os sobreviventes permanecerão

como escravos, párias, hilotas dos judeus, esses senhores do universo, senão pela dominação final de seu autocrático império, ao menos pela posse do ouro mundial e pela opressão de sua formidável tirania. Mais forte que o islamismo e o paganismo, o Talmude terá então triunfado momentaneamente sobre o Evangelho.” (Valbousquet, 2020, p. 81-82).

Quanto aos *Protocolos*, Mons. Benigni escreveu a Mons. Jouin em 9 de fevereiro de 1921: “Quanto mais estudo a questão, mais me convenço da não autenticidade formal e do imenso valor real desse documento”. “Se ‘os *Protocolos* são apócrifos’, o prelado romano permanece convencido de sua ‘veracidade objetiva (tomados em bloco)’, pois os princípios expostos no texto se baseiam, segundo ele, em fontes autênticas: ‘foram redigidos com a ajuda de algumas orações autênticas, mas sem que fossem os próprios *Protocolos*’. Em suma, as dúvidas levantadas quanto à autenticidade formal dos *Protocolos* não colocam em questão a veracidade de fundo da conspiração judaica aos olhos de antissemitas como Jouin e Benigni, que não hesitam em tirar proveito do sucesso internacional do texto. (...) Em nome de uma ‘crítica esclarecida’, [Benigni] afirma que os ‘defensores exaltados dos *Protocolos* caíram em uma lamentável confusão’, pois isso prejudica essencialmente a causa cristã: ‘Seria contrário à verdade e ao próprio interesse da defesa social sustentar que o documento publicado por Nilus seja certamente e formalmente não apenas autêntico, mas mesmo um verdadeiro protocolo.’” (Valbousquet, 2020, p. 83 e 95).

Mons. Benigni manterá estreita colaboração com redes de russos brancos exilados. Para ele, “o socialismo se torna o instrumento ‘pelo qual o judeu arrancará o cristianismo, destruindo a civilização. E quando só restar a anarquia, o judeu se colocará à frente de tudo.’” (Valbousquet, 2020, p. 101). Entre essas figuras, encontra-se **Leslie Fry**, que fugiu da Rússia bolchevique com seus filhos após perder o marido durante a guerra civil no inverno de 1919-1920. “Manifestando sua admiração por Benigni, ela compartilha do mesmo combate religioso (‘pela própria causa de Cristo’) e adota uma visão igualmente desconfiada dos dirigentes eclesiásticos: ‘Para onde vai a Igreja? Parece que ela se afasta cada vez mais de Cristo e de seu sublime ensinamento.’ (...) O retrato dos Estados Unidos descrito por Fry a Benigni transparece seu antissemitismo social e econômico, estigmatizando um suposto poder financeiro dos judeus que lhes permitiria exercer um peso político considerável: ‘Aqui as coisas vão bem para os judeus. Eles estão tomando conta, pouco a pouco, do presidente Harding. Vou investigar de que lado ele está sendo manipulado’. Fry está convencida de uma situação semelhante de domínio financeiro judeu na Itália, uma obsessão contra os ‘bancos judeus’ que ela compartilha com Benigni: ‘Se tiver notícias da Itália que possam atrair a atenção dos americanos para a situação do país, governado pelos judeus, isso poderia ajudar, sobretudo quanto aos bancos. Haveria ao menos um livre de influência

judaica?’. Além disso, ela lamenta a ausência nos EUA de um movimento católico integrista sólido, como o europeu: ‘Aqui os católicos não valem grande coisa. (...) Aqui ainda se dorme, infelizmente. Não há um único grupo realmente formado. Tudo o que há de antissemita é apenas o *Dearborn Independent* (...) e [Henry] Ford recusa-se a se aliar a qualquer um! — Eis o estado dos *goyim*. Sempre a mesma falta de união e solidariedade. Às vezes, isso me desencoraja. Só aqui há dinheiro, e mesmo este país está ameaçado por uma revolução, senão por uma guerra provocada pelos judeus — e todos estão dormindo’. Em 1922, ela lamenta o fim da campanha antissemita do *Dearborn Independent*, que atribui a uma fraqueza de caráter de Henry Ford. De seu lado, Benigni emite cedo algumas reservas quanto ao industrial protestante, mas não se mostra muito preocupado, contanto que ele continue financiando secretamente os movimentos antissemitas.” (Valbousquet, 2020, p. 106–107).

IV. POR UMA “ENTENTE DE DEFESA SOCIAL”

“Na virada de 1920 para 1921, [Benigni] lança um apelo à ‘defesa social’. Esse apelo centra-se na defesa de uma ordem tradicional cristã ameaçada por todos os lados: 1. Uma ação de defesa social, no sentido tradicional da luta da civilização cristã contra o mal, impõe-se hoje, quando a ordem social está, mais do que nunca, terrivelmente ameaçada. 2. Essa ação, embora não se desenvolva propriamente no terreno religioso, para ser eficaz deve apoiar-se no fato fundamental de que não existe verdadeira civilização sem — e menos ainda contra — o espírito e a tradição autêntica do cristianismo. Isso é ainda mais verdadeiro porque a Igreja possui, em sua doutrina e tradição, a indicação e a solução fundamental de todo problema social. (...) 4. É hoje notório que Israel resume em si a maior ameaça antissocial, porque é verdadeiramente o dragão de duas cabeças: a do bezerro de ouro — isto é, das finanças internacionais judaicas, que sangram e corrompem o mundo —, e a do lobo vermelho — isto é, da demagogia hebraica, subsidiada por essas mesmas finanças para que essa demagogia subverta o mundo e o transforme numa presa mais fácil do monstruoso monopólio de Israel. 5. Por conseguinte, quem quer que deseje seriamente e honestamente a defesa social, deve situar o dever e a própria razão de ser de sua ação na luta sobretudo contra Israel, seus instrumentos, seus cúmplices, a começar pela maçonaria e pelas seitas semelhantes, verdadeiras fábricas da ação antissocial, judaica e correlata. (...) 10. Sem dúvida, cada um pode trabalhar isoladamente e de forma independente na defesa social, mas, visto que a união faz a força, e trata-se aqui de combater um inimigo poderosíssimo e extremamente perverso, é tão natural quanto útil que todos os interessados na defesa social se agrupem da melhor maneira possível, com a máxima prudência e senso prático, de acordo com as circunstâncias. A experiência ensinará aos indivíduos e aos grupos a melhor forma de colaborar com a defesa social, em geral e em cada caso.” (Valbousquet, 2020, p. 67–68).

Mons. Benigni explica sua estratégia a **Mac John** numa carta de 19 de agosto de 1921: “Fundamos a ação de nossa liga no terreno prático da defesa social e da defesa da civilização cristã, para que não-católicos honestos e inteligentes possam ser capazes de nos ajudar em nossa campanha, a qual interessa não apenas aos cristãos, mas também aos incrédulos que aceitam de bom grado os benefícios da cristandade social.” (Valbousquet, 2020, p. 69).

É assim que a revista de **Urbain Gohier** e **Jean Drault** é recomendada pela rede de Benigni: “Prova de que Jouin e Benigni são mais radicais que a *Action Française* em matéria de antissemitismo, é o fato de o grupo católico se aproximar mais de Urbain Gohier, diretor de *La Vieille France* e primeiro editor francês dos *Protocolos*. Durante a guerra, Gohier rompe explicitamente com a *Union sacrée*, atacando a República e os judeus franceses. Embora saudado por **Léon Daudet** como um dos pioneiros de uma ‘nova onda antissemita’ na França, Gohier professa, no pós-guerra, um antissemitismo mais virulento que seus confrades monarquistas. Ele recusa a incorporação dos ‘judeus de boa estirpe’ à nação francesa e se indigna com as homenagens prestadas por **Charles Maurras** ao dramaturgo judeu **Henri Bernstein** (voluntário em 1914), o que leva a um conflito aberto entre as redações da *Action Française* e de *La Vieille France* a partir de 1922. [Em 1919, lia-se no boletim da rede de Benigni]: ‘Questionável em vários pontos, a revista *La Vieille France* de Urbain Gohier torna-se cada vez mais recomendável para pessoas de bom senso e experiência por sua luta central contra o centro semítico de todas as desgraças de ontem, de hoje e de amanhã. A revista sabe conectar, com uma mão geralmente feliz, os fios aparentemente dispersos e emaranhados da rede semítica. Não cremos que hoje se possa encontrar algo melhor nessa área; num momento em que, cada vez mais, a infiltração sectária escorre pelos poros de certa imprensa católica, religiosa, conservadora etc., o que *La Vieille France* também sabe denunciar com precisão. Por isso enviamos nossos amigos a ela’.⁵ Esse trecho é particularmente revelador quanto ao peso do antissemitismo na reconfiguração da rede de Benigni. Sugere-se claramente que os jornais católicos já não são confiáveis, e que uma revista, ainda que atea e ultranacionalista como *La Vieille France*, se mostra mais recomendável em matéria de antissemitismo. Por saber expor às claras os múltiplos tentáculos da ‘rede semítica’, a revista de Gohier merece ser difundida entre os integristas.” (Valbousquet, 2020, p. 75–76).

“Ainda que admita que *La Vieille France* tenha certas obsessões radicais demais, o homem de letras italiano elogia a revista como expressão rara de um ‘jornalismo independente’, sem compromissos. Em outubro de 1923, lamenta a suspensão de uma revista cuja leitura lhe era particularmente útil: ‘Estou entristecido por ver

⁵ Isto é, recomendamos sua leitura. (N.T.)

que a revista cessa; já havia me acostumado a ela e sentirei sua falta’. Poucos dias depois, a revista *Veritas* também lamenta o fim da publicação (resultado do conflito de Gohier com a *Action Française*): ‘*La Vieille France* era um periódico nacionalista e partidário; naturalmente, era seu direito sê-lo, como é nosso dever não considerar esse aspecto em nossos lamentos. O que lamentamos é o combatente incansável, sempre em ação contra o Bloco Gueto-Loja-Bolsa, o magnífico órgão de vulgarização e documentação internacional, o exemplo de energia e coragem que, apesar de excessos pontuais, continuava sendo um precioso exemplo para os paquidermes, os moluscos e os moderados desse conservadorismo que nada conservou além de seus preconceitos e de seu egoísmo, aliás bem míope.’” (Valbousquet, 2020, p. 136).

Em ligação, como vimos, com russos brancos exilados, Mons. Benigni também mantém contato “com os escritores católicos ingleses **G. K. Chesterton** e **Hilaire Belloc**, cujos escritos não estão isentos de preconceitos antissemitas.” (Valbousquet, 2020, p. 118).

Em 1922, Mons. Benigni organiza o lançamento do boletim *Veritas*, que encontra, segundo ele, “sua razão de ser na crescente expansão da ‘má imprensa pseudo-católica’, ou seja, da imprensa democrata-cristã e liberal: ‘Entre a imprensa sindicalizada de partido (...) e a imprensa inorgânica do centrismo, a massa católica será conduzida automaticamente às ideias e... aos fatos desejados pelo Inimigo. Cruzar os braços diante de tal situação seria um delito’. O novo boletim torna-se assim uma alavanca para incitar uma emulação antissemita que poderá ser retomada por intermediários mais influentes: ‘Nossas forças, modestas demais, não alcançarão senão um resultado insignificante e absolutamente desproporcional ao conjunto. Mas antes pouco que nada, e ao menos teremos dado o exemplo àqueles que podem fazer mais e melhor que nós.’” (Valbousquet, 2020, p. 120).

No mesmo contexto, uma outra agência de imprensa integrista é criada na Suíça por **Ferdinand Rüegg**: a KIPA, *Katholische Internationale Presse-Agentur* (Agência Católica Internacional de Imprensa). “As motivações invocadas por Rüegg são similares às de Benigni: fornecer aos jornais fontes católicas filtradas de antemão, a fim de combater a ‘quase total dependência dos jornais católicos da imprensa liberal e judaico-maçônica e suas agências’. (...) Uma diferença notável, no entanto, distingue as duas redes paralelas: Rüegg deseja colocar sua agência sob autoridade do Vaticano. Em 1921, a KIPA consegue obter do Papa Bento XV uma bênção genérica, graças a numerosos apoios episcopais. Ao contrário de seu homólogo suíço, Benigni não busca o reconhecimento oficial da Santa Sé: já não crendo na capacidade de seus dirigentes para guiar a contra-revolução integral, ele prefere manter uma agência subterrânea.” (Valbousquet, 2020, p. 123–124).

Em 1923, uma circular especial de *Veritas* anuncia a fundação da Entente Romana de Defesa Social: “Nossa organização é uma entente fraterna entre os diversos grupos de raça ariana ou arianizada, os quais aceitam a seguinte declaração: Nós, crendo em Deus no sentido cristão, sustentamos e declaramos firmemente: que os fundamentos da vida social, nacional e individual estão na religião, na nação e na família; por conseguinte, devemos e queremos combater com base nesses fundamentos contra seus inimigos abertos ou dissimulados, sejam quem forem, e contra seus cúmplices diretos e indiretos. (...) Os membros — indivíduos e grupos — da Entente de Defesa Social devem ser crentes e livres arianos: a) crentes em Deus no sentido cristão; b) livres de qualquer vínculo com seitas ou sociedades sectárias; c) oriundos de uma das nações arianas ou arianizadas. (...) O perigo judeu — sob sua dupla figura de Mamon (o capitalismo internacional judaico) e da Demagogia — constitui a maior ameaça contra esses fundamentos; por isso, nosso maior esforço deve ser organizado da forma mais eficaz em torno da civilização cristã, do patriotismo leal, do respeito e amor familiar, contra o perigo judeu, seus dirigentes judaicos, seus cúmplices judaizados. (...) Insistimos nesse ponto, que é o mais delicado de nossa entente, composta por defensores de seus credos religiosos e de seus interesses patrióticos, divergentes naturalmente entre confissão e confissão, entre pátria e pátria, mas convergentes em sua base comum: a ordem religiosa, social e nacional, diante do inimigo dessa ordem fundamental. Assim devemos ser a entente internacional das defesas nacionais, diante da internacional antissocial (antirreligiosa e antinacional).” (Valbousquet, 2020, p. 125–128).

Padre Boulin defende a mesma estratégia e se torna o porta-voz do prelado romano junto a correspondentes franceses, tentando convencê-los a aderir à Entente: “O padre elogia a ausência de centralização e formalização, o que, segundo ele, evitaria à Entente sofrer o mesmo destino de *La Sapinière*: ‘Entre nós, não há organização central propriamente dita, que seria ou boicotada e sabotada de cima a baixo — ou acusada de ser uma sociedade secreta por aqueles que são os primeiros a viver de sociedades secretas ou ao menos sigilosas. (...) Luta global por *ordem e defesa social* no sentido lógico da contra-revolução integral, trazendo tudo de volta a esse supremo denominador comum. Combatemos a revolução-desordem, portanto seus cúmplices, portanto, entre outros, esse liberalismo doutrinal e pragmático que, em religião, é o modernismo intelectual e prático. E aí nos encontramos diretamente na integralidade católica, como afirmação e como luta, sob a forma de corolário de uma fórmula transcendente. (...) Um honesto *cartel* de grupos os mais diversos em nacionalidade, confissão religiosa e tendências políticas é legítimo sobre o terreno comum dos princípios mais elementares da defesa social. Pio X teria preconizado semelhante entente, ao contrário de tantos internacionalismos pseudo-cristãos e

monstruosos consórcios de interesses e partidos, nos quais as convicções são sacrificadas sem vergonha aos apetites.” (Valbousquet, 2020, p. 129).

A partir de outubro de 1922 até dezembro de 1923, “Boulin traduz e comenta trechos escolhidos, especificamente antissemitas, da *Storia sociale della Chiesa*, ‘brilhante ensaio de história política do catolicismo’. A introdução apresenta o percurso biográfico de Benigni em termos laudatórios, sublinhando antes de tudo seu estatuto de professor e sua expertise na ‘questão judaica’, com ‘a imparcialidade e a moderação de um verdadeiro historiador’: ‘(...) Por toda parte explode o caráter particular dessa raça judaica, constituída em seita bem antes da sua dispersão, tendo-se tornado voluntariamente, desde então, a Contra-Igreja, agente perpétuo de corrupção e de ruína entre os *gentios*. Israel é, ao longo destes vinte séculos de história, depois de seu deicídio, o artífice obstinado das perseguições e heresias, o mestre disfarçado das sociedades secretas que se multiplicam para minar a ordem e a paz do mundo; incansavelmente, persegue uma impossível hegemonia judaica destinada a substituir, nos sonhos desses mosaístas desviados pelo Talmude, o reinado do Messias pessoal, do qual seu crime os fez desesperar. Por isso, a obra de Mons. Benigni se junta ao propósito próprio desta revista; e é por isso que queremos oferecer ao menos alguns trechos, que iluminam para nossos leitores as origens, as diferentes posições tradicionais e as alternativas de uma luta hoje com dois milênios de existência.” (Valbousquet, 2020, p. 131–132).

Mons. Benigni e Mons. Jouin também estão em rede com **Henry Beamish**, líder do grupo *The Britons*. A RISS promove seu periódico “*The Hidden Hand* e saúda o ‘excelente lema’ dos Britons: ‘A Inglaterra para os ingleses’. Na verdade, Beamish corresponde diretamente com Jouin, a quem escreve em maio de 1923 sobre a adoção da cruz cruzada: ‘A ideia desse emblema me foi dada por nosso amigo comum em Roma, e sou muito grato por essa sugestão. Percebo ainda mais que toda a nossa civilização está fundada no cristianismo, e que, se a cruz for arrastada na lama, todas as raças brancas cairão com ela’. (...) Benigni vangloria-se junto a Jouin de ter conseguido afastar os Britons de qualquer organização de tipo *pan-ariana* e da tentação de adotar a cruz suástica em lugar da cruz cristã. Ele sublinha a convergência cristã de Beamish: ‘Tão honesto quanto clarividente, ele quer o que nós queremos: a entente dos europeus cristãos diante do Anticristo’. Percebendo certa reticência britânica em denunciar o capitalismo, Benigni tenta convencer Beamish de que o antissemitismo não pode se limitar ao antibolchevismo, mas deve incluir uma dimensão social e econômica: ‘Israel deve ser denunciado não apenas enquanto bolchevismo, mas também como capitalismo antissocial. De outro modo, as pessoas não podem ver e compreender — e, portanto, combater — o monstro de duas cabeças em seu conjunto: o bezerro de ouro e o lobo vermelho’. Por sua parte, Beamish traz uma perspectiva imperial

com a qual o prelado romano é menos familiar, sugerindo até mesmo a segregação como solução para o ‘problema judaico’, segundo sua experiência colonial na África do Sul: ‘Vi o sucesso da segregação em várias partes da África; tenho a impressão de que o único plano a adotar com os judeus é segregar todos eles em algum lugar do mundo. Sugiro Madagascar, pois é uma grande ilha fértil, o que lhes permitiria estabelecer sua própria nacionalidade; e, segregando-os dessa forma, impedir-se-ia que contaminassem as raças brancas como estão atualmente fazendo e como sempre fizeram.’” (Valbousquet, 2020, p. 133-134).

Mons. Benigni também recomenda a revista *Fede e Ragione*, que “é uma folha católica integrista e, por conseguinte, integralmente contra-revolucionária e antijudaica: somos contra esses burgueses decadentes, com ou sem rótulo católico, que são os traidores de sua Igreja, quando se dizem católicos, e, todos eles, da sua pátria, que ajudam na submissão à judeo-maçonaria. Assim, temos ao menos um inimigo comum, o que prima acima de tudo em tempos de guerra.” (Valbousquet, 2020, p. 135). A revista *Fede e Ragione*, oficialmente dirigida por **De Töth** (sacerdote de Spoleto), com o conde **Filippo Sassoli de Bianchi**, é apoiada pelo cardeal **Tommaso Pio Boggiani** (1863-1942), que gozava de grande influência nos assuntos da Santa Sé. “Retomando os preceitos do neotomismo, o título *Fede e Ragione* remete às ‘verdades imutáveis’ da ‘fé católica, em perfeita harmonia com os fatos mais verdadeiros e certos da razão’: uma ordem oposta à desordem liberal das ‘opiniões’, que colocam ‘a razão acima da Fé, e o indivíduo e a natureza no lugar de Deus’. *Fede e Ragione* situa sua luta antiliberal e antimoderna ‘tanto no terreno religioso quanto no político-social’ (...): ‘Por trás das diversas contingências momentâneas e locais, há sempre, ao menos em essência, uma luta secular e cosmopolita entre duas grandes forças que dividem o mundo: de um lado, a cidade de Deus, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana; e, de outro, o conjunto de seus adversários, tanto externos, ou seja, aqueles que se declaram leal e francamente anticatólicos e antirreligiosos, quanto internos, ou seja, os falsos amigos da Igreja e da religião. Os inimigos externos — judaísmo, maçonaria, socialismo e outras seitas afiliadas formando a cidade do mundo em oposição à cidade de Deus — estão nas mãos do poder central adversário à Igreja; os internos, ao contrário — modernistas, democratas, liberais, etc. — servem aos primeiros como instrumentos mais ou menos conscientes de infiltração, penetração e decomposição em nosso campo.’” (Valbousquet, 2020, p. 143).

V. UMA SIMPATIA FASCISTA

Em 1923, Mons. Benigni aproxima-se do fascismo. “Se o dirigente da Entente romana tenta insuflar mais veemência antijudaica na imprensa fascista, é porque ainda não está completamente convencido do potencial antisemita do novo regime. Uma nota de outubro de 1923 não deixa de observar a presença de

personalidades judaicas no seio do fascismo, em particular **Margherita Sarfatti**, ‘a judia Sarfatti’, diretora editorial da *Gerarchia* e amante de Mussolini; ou ainda o empresário **Guido Jung**, membro do PNF e futuro ministro das Finanças: ‘No Ministério das Finanças, o judeu Jung, dito Young, já é o patrão’. Benigni, no entanto, isenta Mussolini da responsabilidade por essa suposta influência judaica sobre o regime, e prediz um despertar antissemita e nacionalista contra a ‘alta banca judaica’. (...) Uma posição semelhante é expressa na RISS por Boulin, que ainda em 1924 ressalta a surpreendente ausência de antissemitismo na doutrina fascista. O padre aponta as relações judaicas do ditador italiano, ‘esse homem que tem como confidente íntimo um subsecretário de Estado de origem judaica, o sr. Finzi’. (...) Se a opinião dos católicos de Fiesole em relação ao fascismo torna-se mais favorável a partir de 1923–1924, é sempre lembrando a Mussolini os direitos da Igreja e os deveres do Estado fascista. *Fede e Ragione* não adere ao fascismo por si mesmo, mas por oposição a inimigos comuns: socialistas, populares, liberais e maçons. A mudança de posição do fascismo em relação à maçonaria (notadamente a incompatibilidade entre pertencer ao fascismo e às lojas maçônicas, decretada em fevereiro de 1923) é saudada como um sinal promissor, que anuncia uma luta mais vigorosa contra a ‘Seita e todos os seus cúmplices, sob qualquer forma que estejam disfarçados’. Mas é sobretudo a partir de janeiro de 1925, com o amordaçamento dos movimentos de oposição, e após o fechamento das lojas maçônicas em novembro de 1925, que *Fede e Ragione* se alia completamente à campanha antimaçônica do fascismo. A repressão fascista contra os liberais, socialistas e populares é igualmente aplaudida pelos integristas. (Valbousquet, 2020, p. 161–162)

Em 1923, o padre Boulin “relê todas as transformações ocorridas desde a Grande Guerra à luz de um complô judaico mundial: ‘Conhece-se bem todas as vantagens que a Guerra já proporcionou ao judaísmo: a criação de um lar nacional judeu em Jerusalém, o reconhecimento pelo novo direito das gentes de privilégios inauditos para as minorias étnicas dentro da nova Europa, o truste do ouro e do crédito mundial mais imponente que a história financeira já conheceu. Enriquecidos pelos bilhões extraídos dos vencedores e vencidos, os judeus, sem perder tempo, buscaram então sua vingança definitiva.’” (Valbousquet, 2020, p. 169).

Para Benigni, “o lar nacional judeu é ilegítimo, pois os judeus sempre teriam sido conquistadores estrangeiros em uma Palestina ‘invadida’, e o sionismo não seria senão uma forma de apropriação bolchevique da propriedade alheia.” (Valbousquet, 2020, p. 171). Lembremos que São Pio X havia oposto a **Theodor Herzl** um “Non possumus” formal ao projeto sionista em 1904. (Valbousquet, 2020, p. 90).

Para o prelado romano: “Nossa luta de defesa social deve ser tanto mais enérgica e eficaz contra Israel, quanto esse povo, visando a conquistar o mundo, nos faz guerra da maneira mais desleal, mais desumana, mais infame que se possa conceber. Esmagando todo sentimento de fraternidade humana, Israel tornou-se uma seita que emprega os meios mais sectários para oprimir o mundo. (...) É por isso que hoje, mais do que nunca, Israel é o perigo internacional por excelência, o polvo maldito que quer nos envolver e sufocar para engordar à custa de nossa substância.” (Valbousquet, 2020, p. 176).

Mons. Benigni e o padre Boulin insistem na necessária internacionalização da luta antissemita, em direta continuidade com os documentos difundidos na rede em 1921 e 1923: “1. É evidente que a judeo-maçonaria domina o mundo, e que os judeus e os maçons são hoje os inimigos mais temíveis da sociedade. 2. Há, portanto, uma razão muito séria para unir os esforços de todos os que compreendem o perigo e para tentar essa união de maneira internacional, já que é o mundo inteiro que está ameaçado.” (Valbousquet, 2020, p. 184).

“Benigni e Boulin estão cientes dos ressentimentos nacionais ainda presentes seis anos após o fim da guerra. (...) Por essa razão, Boulin deseja limitar o combate a um antissemitismo dito social: ‘O grande objetivo da judeo-maçonaria é, antes de tudo, a destruição da Igreja Católica, que se opõe ao seu objetivo de dominação universal e que ainda sustenta de pé nossas sociedades modernas. Mas, do ponto de vista internacional, os povos são divididos por diferentes confissões religiosas; por isso, estimo que não se deve abordar essa questão, e que, para evitar qualquer desentendimento entre os membros do Comitê e qualquer crítica de seus correligionários, é preciso permanecer exclusivamente no terreno social, que, aliás, é bastante amplo’. O padre dá uma definição social da ameaça judaica, em parte para impedir que um grupo específico reivindique o monopólio do antissemitismo: ‘O antijudaísmo não é uma querela de raça, no sentido alemão, nem de religião, mas uma empresa de defesa social’. Ao fim dos três dias de conferência, é adotado um ‘Pacto de Paris’, uma declaração comum em quatorze artigos. (...) Apresentada como um encontro de representantes do ‘movimento anti-judeu em seus respectivos países’, a conferência tem como tema comum e urgente o antissemitismo: ‘Reconhecemos que o *spiritus agens* e o meio de toda movimentação que decompõe nossa civilização é o judaísmo, o espírito judeu, não tanto como religião, nacionalidade ou raça, mas como organização oculta, que, com base em ideias materialistas, busca o domínio mundial do Povo Eleito. É evidente que o micróbio que provoca a contaminação da civilização idealista ariana é o judeu.’ (Declaração conjunta do Congresso Internacional Antissemita de Paris, 28 a 30 junho de 1924). (...) Os membros não devem apresentar absolutamente nenhum traço de ‘judaização’: ‘São arianos ou arianizados no seguinte sentido: nem por parte de pai, nem por parte de mãe, têm nas veias traço de sangue judeu,

por pelo menos três gerações consecutivas, e em caso de suspeita deverão prová-lo. Não são casados com judias, nem associados a empresas judaicas.’ [Seu objetivo será]: ‘a) abrir os olhos de todos os povos arianos ou arianizados para o perigo cuidadosamente disfarçado que os ameaça — cada um sob uma forma particular de decomposição — por parte do imperialismo de Israel; b) formar, no seio de cada povo cristão, uma corrente de opinião pública que exija, em toda parte, uma legislação especial para o ‘povo eleito’, a fim de lhe retirar toda possibilidade de decompor e escravizar os povos da raça branca, criadores e depositários da civilização cristã.’” (Valbousquet, 2020, p. 185–186).

Para Mons. Jouin, “a luta contra o ‘poder judeu’ deve sempre inscrever-se no quadro de uma resistência ativa à secularização: ‘Os agrupamentos nacionalistas, fascistas ou outros, são impotentes por si mesmos para destruir o mal que nos invade. A guerra é religiosa; se quiserem vencer, ponham-se primeiro no terreno de combate.’” (Valbousquet, 2020, p. 191). “Para Boulin, as meias-soluções também são perigosas, como no caso de **Nesta Webster**, a quem acusa de ser uma ‘antijudaica maçônica’; ou ainda da Entente Internacional Anticomunista, fundada na Suíça em 1924 por **Théodore Aubert**, ‘antibolchevique que admite maçons e judeus’. Assim como seu colaborador francês, Benigni desconfia do anticomunismo internacional que não esteja sistematicamente aliado ao antissemitismo: ‘[Considere] como falso irmão e traidor todo ‘antibolchevista’ que não seja positivamente antijudeu e antimaçom.’” (Valbousquet, 2020, p. 192).

“Em 1923, diante da atração exercida pela suástica, ‘emblema pagão’, sobre os grupos antissemitas, Jouin regozija-se que, para sua Entente, Benigni a tenha ‘cristianamente substituído pela Cruz e pelo *Christus Vincit*’; mas acrescenta: ‘Não creio, porém, que sejamos seguidos pelos lados alemão, austríaco, húngaro e russo’. Atento a que a influência alemã protestante não desvie o movimento durante a reunião de Paris de 1924, Boulin teme a monopolização do projeto internacional pelos pangermanistas. (...) Os integristas italianos e franceses temem que os ‘pangermanistas’ desviem ‘aliados’ como os Britons e os antissemitas romenos. Durante a conferência de Budapeste, Benigni tenta convencer **Ion Motza** (próximo de **[Corneliu] Codreanu** e futuro vice da Guarda de Ferro romena) a renunciar ao uso da suástica. O antissemita romeno, no entanto, defende sua posição, apresentando a teoria de uma equivalência entre cruz suástica e cruz cristã (‘o Senhor foi crucificado sobre a suástica’) como símbolo da copresença da fé e da raça no nacionalismo romeno: ‘A suástica compreende a cruz cruzada, uma não pode viver sem a outra, pois uma simboliza a raça e a outra a fé; uma supõe a outra’. Ele tranquiliza seu correspondente italiano quanto aos fundamentos ‘nacionalistas cristãos’ da luta antissemita na Romênia: ‘Pedimos-lhe que creia que não podemos conceber um nacionalismo descristianizado. Toda nossa doutrina antissemita (do prof. Cuza) tem seu

fundamento no ensinamento de Jesus, que caracterizou essa nação satânica com palavras sagradas. (...) O maior perigo, da parte dos judeus, reside justamente em sua obra de destruição da cultura (a começar pelo fundamento da cultura: a fé em Deus, o cristianismo), sendo o inconveniente do servilismo econômico e material apenas secundário.” (Valbousquet, 2020, p. 193–194).

Paradoxalmente, são os Acordos de Latrão entre a Igreja e o Estado fascista (1929) que provocarão o fim da Entente Romana de Defesa Social. Nina Valbousquet mostra como a visão mais política de Benigni e a mais teológica de Boulin acabaram por se transformar em um conflito aberto, “rompendo assim a dupla que animava o coração da Entente. Ao contrário da *Fede e Ragione*, o redator da RISS vilipendia os Acordos de Latrão como ‘um pedaço de papel’, um fracasso na reivindicação dos direitos da Santa Sé e uma demissão da Igreja diante de um Estado fascista herdeiro dos princípios revolucionários jacobinos: ‘Os camisas negras realizam o sonho dos camisas vermelhas. Mussolini não é senão o tenente atrasado de Garibaldi; e a Jovem Itália que triunfa diante de nossos olhos é a herdeira da antiga conjuração da Casa de Sabóia com a Alta Maçonaria e o espírito de 1789 para a fundação de um Estado moderno sobre as ruínas da Roma papal e da ordem católica’. Do ponto de vista integrista de Boulin, não pode haver soluções parciais quanto à questão romana: ‘Roma é de Cristo, ela é de Pedro; ela é do mundo católico’. O veredito é implacável: Os Acordos de Latrão são um ‘cataclismo’ para os católicos e uma traição da ‘causa da independência da Igreja’, cujo primeiro responsável é [Pietro] Gasparri. Além disso, o padre critica o culto à personalidade do homem providencial prestado a Mussolini por certos católicos italianos: ‘Longe de detestar o Duce, já o elogiamos aqui mais de uma vez; invejamos para a França o equivalente de seu gênio realista e realizador. Mas esse sentimento não pode converter-se em idolatria.’” (Valbousquet, 2020, p. 259). O artigo de Boulin contra os Acordos de Latrão publicado na RISS desencadeia a ira de Mons. Benigni: a ruptura é, então, consumada e definitiva.

As críticas de Boulin aos Acordos de Latrão também provocam reações junto às autoridades eclesiásticas. Em 31 de maio de 1929, o Conselho de Vigilância da Arquidiocese de Paris, presidido pelo **cardeal Dubois**, envia uma repreensão oficial à RISS, tornada pública pelo jornal *La Croix*. Um ano depois, para preservar a revista, Boulin apresenta sua renúncia a Mons. Jouin (8 de janeiro de 1930): “O padre menciona o risco de sanções eclesiásticas graves que pesavam sobre ele desde a nomeação, em novembro de 1929, de um novo arcebispo, **Mons. Verdier**. Boulin deixa definitivamente Paris em 14 de fevereiro de 1930, um ano após os Acordos de Latrão.” (Valbousquet, 2020, p. 262).

VI. UM ANTISSEMITISMO CRISTÃO

Em 1921, Mons. Benigni, em seu programa de defesa social de janeiro daquele ano, “quis precisar o caráter cristão do antissemitismo da rede: ‘Nesta defesa, a regra que distingue a ação cristã da ação dos outros é naturalmente a seguinte: a) luta contra Israel não por causa de sua religião mosaica, mas por sua imoralidade antissocial, farisaica e talmúdica; b) luta não de raça, porque Israel é um povo, e todos os indivíduos e, por conseguinte, todos os povos são irmãos em Deus; mas porque, precisamente devido ao seu farisaísmo e talmudismo, Israel se propôs como objetivo a dominação e a exploração mundial mais odiosa. (...) Nossa luta não é uma luta de raça enquanto raça. Se adotamos praticamente os termos *semitismo* e *antisemitismo*, já incorporados ao uso comum, fazemos isso apenas de maneira ocasional, para indicar o elemento judaico que pretende transformar os goyim em seus escravos.’” (Valbousquet, 2020, p. 203–204).

“O uso do termo antissemitismo era debatido no seio da Entente Romana. Para o inglês Henry Beamish, era necessário usar francamente os termos que designam os judeus e renunciar às ‘palavras infantis’ e aos eufemismos como ‘financista internacional’ ou ‘estrangeiro cosmopolita’, utilizados pela *Action Française*, por demais ‘medrosos’ na escolha dos termos. (...) Assim, Beamish exortava os movimentos antissemitas a não cederem aos temores moralistas do público. Em sentido oposto, o católico **Walter McDermott** alertava Jouin sobre os riscos de empregar o termo antissemitismo. O problema, para o redator de *The Patriot*, não era o significado do termo, mas sua ineficácia e inadequação no contexto inglês: ‘É fácil matar um movimento como o nosso, que não é sustentado por muito dinheiro, com uma simples palavra como *antisemita* ou *extremista*’. A prudência quanto à etiqueta ‘antisemita’, portanto, era motivada mais por razões estratégicas do que ideológicas. (...) Se Benigni ou Jouin não tinham dificuldade em utilizar o termo ‘antisemitismo’, o padre Boulín, ao contrário, queria se distanciar dele, por sua conotação secularizada ou até antirreligiosa; ao mesmo tempo, ele defendia na RISS uma distinção em favor do termo antijudaísmo: ‘Nosso antijudaísmo não é uma guerra de religião, mas tampouco é uma guerra de raça. Não temos nada contra nenhum homem neste mundo pelo simples fato de ele ser estrangeiro. Mas defendemos nossa raça e nossa religião, a ordem cristã e nossa civilização milenar contra os projetos de uma horda interlópica, senhora do ouro, ávida de poder, conjurada contra todos os povos — que deve ser contida a todo custo se não quisermos ser por ela aniquilados.’” (Valbousquet, 2020, p. 204–205).

“Para Mons. Benigni, sua hostilidade antijudaica não se fundamentava em diferenças raciais, mas num antagonismo profundo que separaria os judeus do restante do mundo: ‘Se, pois, lutamos contra Israel, não é porque sua raça não é a nossa, mas porque ela é inimiga nata da nossa’. (...) Benigni recusava a categoria dos ‘bons judeus’ defendida por Maurras, e considerava impossível distinguir entre ‘judeus bons’ e ‘maus’, a não ser que os raros ‘honestos’ se tornassem eles

mesmos antissemitas: ‘É todo o povo judeu que está, em massa, solidário com o programa talmúdico. (...) Existem judeus honestos e alheios a esse programa bárbaro? Sem dúvida; e nós nos apressaremos em ‘excepcioná-los’ desta luta assim que se fizerem reconhecer. E para se fazerem reconhecer, há um meio de extrema simplicidade: que combatam, com ações, o perigo judaico. Caso contrário, não!’” (Valbousquet, 2020, p. 206).

Para Mons. Jouin, “Bernard Lazare tem razão em considerar impróprio o uso do termo *antisemitismo* quando se quer dizer *antijudaísmo*. Os árabes e os sírios não pretendem a dominação universal, precisamente porque não participam do ciclo do desenvolvimento messiânico. (...) Aquilo que constatamos do ponto de vista racial reaparece na nacionalidade judaica. Fora do messianismo, a existência desse povo se torna incompreensível.” (Valbousquet, 2020, p. 211–212).

Na revista *Fede e Ragione*, “Sassoli de Bianchi qualifica os judeus como ‘um povo miserável, ferido pelas maldições celestes que seus pais invocaram a plenos pulmões sobre si mesmos e seus descendentes’ — referência ao versículo do Evangelho segundo Mateus (27, 25): ‘E todo o povo respondeu: Que seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos’. O deicídio é peça central no discurso antissemita de Boulín, segundo o qual a perene ‘questão judaica’ é manifestação visível de um castigo divino que só conhecerá resolução no desfecho sobrenatural dos últimos dias: ‘O Cristo crucificado quis que, através dos séculos e dos povos, vagasse sem fim esta testemunha das profecias, de sua vinda e de suas vinganças. E por isso a eterna questão judaica, eternamente insolúvel, se colocará e se recolocará até o último dia, sob as mais diversas formas, sem jamais alcançar solução, entre traições e massacres, senão por medidas insuficientes’. Para Boulín, esse castigo explicaria a longevidade do antissemitismo enquanto reação instintiva dos cristãos: ‘Através dos séculos, a maldição que pesa sobre os deicidas realizou-se sobretudo por um obscuro e irresistível movimento de horror religioso e de vingança imediata contra certas manifestações gritantes da avareza ou do ódio judaico. (...) As traições dos judeus, tanto individuais quanto coletivas, contra os países cristãos são, aliás, demasiado evidentes — desde a era apostólica até os tempos posteriores à revolução russa, e de Judas Iscariotes a tantos outros Judas contemporâneos — para que não se estabeleça uma espécie de sinonímia, no espírito dos povos, entre o judaísmo e o espírito de traição. (...) Castigado por sua rejeição do Messias espiritual, este povo de cerviz dura ergue-se lentamente, através dos séculos, até atingir, sob nossos olhos, a estatura do Anticristo, rei temporal dos povos infiéis ao Evangelho.’” (Valbousquet, 2020, p. 214–216).

Para os integristas, “o Israel não do Pentateuco, mas do Talmude, é uma corrupção religiosa altamente antissocial”, donde decorre “a ‘defesa’ antijudaica da Igreja” e a “legitimação do antissemitismo eclesial e das medidas de separação

entre judeus e cristãos. Segundo Benigni, essa defesa surgiu como uma necessidade vital já nos primeiros tempos do cristianismo: ‘O cristianismo nascente se vê forçado a tomar precauções contra o judeu, que maltratava particularmente os escravos cristãos — para não falar do constante perigo material e moral que o judaísmo representava contra toda a nova civilização’. Igualmente, Boulin cita como exemplos os concílios de Vannes (465) e de Agde (506), que proibiram os cristãos de se alimentarem ao lado de judeus, a fim de limitar a ‘contaminação’. (...) A consequência lógica, para os dois integristas, é a justificação dos guetos da era moderna, segundo a teoria do duplo protetorado: do ponto de vista da Igreja, os guetos visavam tanto a proteger a sociedade cristã quanto a isolar os judeus, para que estes não fossem alvo de ataques populares. Benigni e Boulin fazem referência explícita a esse duplo protetorado: ‘A Igreja, o Estado, ao procurar, por amor à ordem, proteger os judeus contra os *pogroms* ou defender o povo cristão de suas perfídias, acabaram por isolá-los pouco a pouco, confinando-os em seus guetos. (...) Jamais a luta pela defesa social deve esquecer a justiça e a caridade cristã devidas ao inimigo em estado de guerra.’” (Valbousquet, 2020, p. 220–221).

“Os integristas convocam explicitamente à ação antijudaica. Benigni afirma, por exemplo, que é imprescindível manter os judeus constantemente sob coerção: ‘Para que cumpra seus pactos, para que cumpra suas obrigações, o judeu deve ter o látego diante dos olhos; deve ter as mãos atadas para que não possa causar dano. Deve gozar de todos os seus justos direitos, individuais e coletivos, porque nós, cristãos, conhecemos nosso dever cristão de consciência. Mas nem por um momento deve-se esquecer da vigilância, e, quando necessário, da repressão legítima contra a besta selvagem.’” (Valbousquet, 2020, p. 222).

VII. O CASO DOS “AMIGOS DE ISRAEL”

Nina Valbousquet resume bem o episódio em um parágrafo: “Entre 1926 e 1928, o caso do *Opus Sacerdotale Amici Israel* (‘Associação Clerical de Amigos de Israel’) cristalizou as lutas católicas em torno da questão do antissemitismo e das relações judaico-cristãs. Fundada em fevereiro de 1926, *Amici Israel* era uma associação piedosa de oração pelos judeus, cujo objetivo principal era incentivar as conversões ao catolicismo. Mas, diferentemente de outras obras apostólicas de conversão, os Amigos de Israel se destacavam por seu projeto ambicioso de revisão do ensino católico sobre o judaísmo. Seus argumentos sobre o caráter irrevogável do amor divino pelos judeus punham em questão a ideia de um castigo permanente contra o povo ‘deicida’. Apesar de seu rápido sucesso e de importantes apoios eclesiásticos, a associação foi dissolvida por decreto do Santo Ofício em 25 de março de 1928. Dois meses antes, em janeiro, os Amigos de Israel haviam enviado uma petição para a modificação da liturgia da Sexta-feira

Santa (solicitando a supressão da expressão *perfidis* e da omissão da genuflexão). Uma petição julgada excessivamente inovadora, pois desafiava o respeito hierárquico devido aos ritos. No entanto, ao mesmo tempo em que eliminava uma associação pioneira nas relações judaico-cristãs, o decreto do Santo Ofício incluía, pela primeira vez num documento da Santa Sé, uma condenação nominal do antissemitismo.” (Valbousquet, 2020, p. 235).

Complementamos as informações sobre as reações dos católicos integristas relatadas por Nina com as fornecidas por Laurence Loupiac-Deffayet: *Amici Israel: les raisons d'un échec : des éléments nouveaux apportés par l'ouverture des archives du Saint-Office* (In: *Mélanges de l'École française de Rome. Italie et Méditerranée*, t. 117, n° 2, 2005, pp. 831–851).

A associação dos Amigos de Israel era presidida pelo abade geral da Congregação Beneditina de Monte Cassino, **Dom Benoît Gariador** (1859–1936). Outro sacerdote regular, **Anton van Asseldonk** (1892–1973), cônego de Santa Cruz, era seu secretário geral. Em 2 de janeiro de 1928, os Amigos de Israel enviaram à Sagrada Congregação dos Ritos, acompanhada de uma memória explicativa, uma petição: alegando constatar a multiplicação de “sinais que parecem indicar que o momento da conversão dos judeus não está distante”, os padres Gariador e Van Asseldonk propunham, com o intuito de facilitar essa conversão, suprimir das orações e discursos “tudo o que possa parecer duro ou pouco afetuoso para com Israel” (Arquivos do Santo Ofício – A.S.O.). Daí a solicitação de eliminar as palavras *perfidis* e *perfidiam* da oração da Sexta-feira Santa, bem como restaurar nas rubricas a genuflexão acompanhada das palavras *Oremus. Flectamus genua. Levate*.

A argumentação dos padres Gariador e Van Asseldonk recebeu o apoio de um beneditino da abadia de São Paulo Extramuros, conhecido por sua obra litúrgica, o abade **Ildefonse Schuster**, que ousou escrever à Congregação dos Ritos: “A tríplice proposta apresentada a respeito da substituição da palavra *perfidis*, do *Oremus* e da genuflexão parece-me plenamente justificada pela tradição clássica da liturgia romana. Trata-se de ab-rogar um uso tardio e supersticioso.” (A.S.O.).

A primeira resposta do Santo Ofício foi um *nihil esse innovandum*: nada deve ser inovado! Isso em razão do respeito que se deve às expressões mais antigas da liturgia. “O padre **Marco Sales**, que examinou o dossiê, ficou sobretudo chocado com o caráter “inconveniente” da solicitação. Ele se pergunta: se se deve modificar a liturgia a partir da simples petição de uma associação, o que impediria amanhã outra associação de requerer a supressão, no Credo, do nome de Pôncio Pilatos, sob o pretexto de que tal menção seria ofensiva à autoridade romana? Essa lógica parecia particularmente perigosa ao padre Sales, pois levaria a colocar-se como

juiz da liturgia em nome de uma concepção errônea da caridade pregada por Cristo. Ele também enfatizava que ‘a liturgia da Semana Santa é muito antiga na Igreja, e já estava certamente em uso no século V com os termos *perfidis* e *perfidiam*, bem como a omissão do *Oremus. Flectamus genua. Levate*, que remonta a uma respeitável antiguidade (séc. IX)’. O comentário sobre os termos *perfidis* e *perfidia* suscitou reações mais teológicas: ‘É certo que aquele que viola a palavra dada após a conclusão de um pacto é comumente designado como *perfidus*, especialmente se desenvolveu um hábito nesse modo de agir. Ora, é exatamente isso que Deus, nas Escrituras, reprova aos judeus (por exemplo, Dt 31,16 ou 20,27). (...) E é claro que apenas os judeus tinham um pacto com Deus e uma aliança com Ele, e que apenas os judeus violaram e violam continuamente esse pacto. Não deve, pois, causar espanto que eles sejam por isso designados como *perfidis*, e que se use a expressão perfídia judaica, ao contrário dos pagãos.’” (Loupiac-Deffayet).

Esse pedido inconveniente despertou a atenção do Santo Ofício, que passou a suspeitar da ortodoxia dos Amigos de Israel. Examinou então seu último boletim, publicado em janeiro de 1928: “O trecho mais interessante – e mais conhecido – do boletim é aquele em que se descreve o ‘espírito’ da obra. Ali se afirma que os Amigos de Israel devem omitir menções: a) ao ‘povo deicida’, pois tal expressão jamais foi usada pelos apóstolos... e, historicamente, os gentios não são menos deicidas que os judeus; b) à ‘cidade deicida’, para designar Jerusalém; c) à ‘conversão dos judeus’ (‘Tal expressão é odiosa para os judeus, que possuem uma religião e um culto divinamente revelados. Fale-se, antes, em retorno ou passagem, se assim se pode dizer, do *Regno Patris* ao *Regnum Filii*); d) à inconvertibilidade dos judeus (‘Mesmo os judeus se converterão, mas cabe à Igreja mostrar-lhes o Cristo, não apenas pela Doutrina, pela autoridade infalível e pela evangelização, mas sobretudo pelos exemplos’); e) e a boatos infames sobre os judeus, como as acusações de crime ritual...” (Loupiac-Deffayet).

Tais ambições pareceram venenosas ao censor do Santo Ofício, que escreveu em seu relatório: “Todo o tom do opúsculo examinado é de manifesta simpatia pelos judeus, com insinuações antes desfavoráveis à Igreja e a seus ministros, como se a Esposa de Jesus Cristo tivesse se tornado culpada de negligência ou, pior, de uma aversão injustificada contra o povo dito eleito”. O **padre Drehmans** recorda que, do ponto de vista da doutrina tradicional da Igreja sobre os judeus, não é possível considerar todos os descendentes carnaís de Israel como verdadeiros israelitas, que partilhariam, enquanto tais, com os católicos, a vida da graça e da fé própria da Igreja. Para isso, os judeus devem renunciar à sua obstinação tradicional e, portanto, converter-se. Outro ponto debatido dizia respeito à relação dos Amigos de Israel com a Tradição da Igreja: eles foram suspeitos de privilegiar, à maneira protestante, a Sagrada Escritura como fonte principal da Revelação, relegando a

Tradição a um valor secundário. Sublinhavam, por exemplo, que as controvérsias dos Padres da Igreja, se mal interpretadas, poderiam ser a origem de incompreensões e durezas injustificadas contra os judeus — e que tais textos não deveriam se sobrepor, na doutrina da Igreja, ao que ensina o Evangelho. O padre Drehmans comenta, não sem irritação: ‘A sã teologia católica ensina que a fonte principal da Revelação não é a Sagrada Escritura, mas a Tradição’. O Santo Ofício tomou consciência da singularidade do movimento, da ousadia de suas ideias e de sua não conformidade com o pensamento tradicional da Igreja sobre os judeus e o judaísmo.” (Loupiaac-Deffayet).

O **cardeal Merry del Val**, Secretário do Santo Ofício, ficou indignado com as ideias dos Amigos de Israel, especialmente quanto à liturgia da Sexta-feira Santa: “Essa petição apresentada pelos referidos Amigos de Israel me parece **totalmente inaceitável** — diria até **insensata**. Trata-se de orações e ritos muito antigos da liturgia da Igreja, liturgia inspirada e consagrada pelos séculos, que expressa a abominação diante da rebelião e da traição do povo eleito, infiel e deicida, a proclamação da nova Aliança selada pelo Preciosíssimo Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, e reflete todo o ensinamento das Sagradas Escrituras, especialmente de São Paulo nas Epístolas aos Romanos e aos Hebreus, assim como a doutrina dos Santos Padres. (...) O judaísmo, com todas as suas seitas inspiradas pelo Talmude, permanece perfidamente oposto ao cristianismo e, hoje, após a guerra, ergue-se mais do que nunca, buscando reconstruir o reino de Israel em oposição a Cristo e à sua Igreja. Onde está esse suposto início de arrependimento do povo judeu? Não gostaria que esses Amigos de Israel tivessem, inadvertidamente, caído numa armadilha imaginada pelos próprios judeus, que penetram por toda parte na sociedade moderna e buscam, por todos os meios, apagar a memória de sua história e ludibriar a boa-fé dos cristãos. Não posso excluir essa hipótese.” (Carta do Cardeal Merry del Val, Secretário do Santo Ofício, de 7 de março de 1928 — Arquivos do Santo Ofício, 125/28).

Quanto à própria associação, ela é suspeita de se entregar ao “interconfessionalismo e ao indiferentismo religioso”, duas tendências desviantes já condenadas por Roma. Desde 8 de março, o Santo Padre foi informado do caso pelo Cardeal-Secretário do Santo Ofício, com quem compartilhava os mesmos pontos de vista. O Papa ordenou que se comunicasse à Sagrada Congregação dos Ritos a impossibilidade de reformar a oração da Sexta-feira Santa e, após longa reflexão, solicitou a dissolução do Comitê e da associação dos Amigos de Israel, “em razão da orientação gravemente errônea e perigosa adotada pelo Comitê que, após ter fundado a obra com base em uma união de orações pela conversão dos judeus, desviou-se gravemente para um terreno falso.” (A.S.O., Relatório da audiência de 8 de março).

No dia 25 de março, Pio XI aprovou a versão final do decreto de supressão da Associação de Amigos de Israel, declarando: “Os Eminentíssimos Padres encarregados da guarda da fé e dos costumes reconheceram inicialmente o aspecto louvável desta Associação, que consistia em exortar os fiéis a orar a Deus e trabalhar pela conversão dos israelitas ao reino de Cristo. Não é de se estranhar que, em seus primórdios, essa Associação, tendo unicamente esse fim em vista, tenha angariado a adesão não apenas de muitos fiéis e sacerdotes, mas também de numerosos bispos e cardeais. De fato, a Igreja Católica sempre teve o costume de rezar pelo povo judeu, que foi o depositário das promessas divinas até Jesus Cristo, **não obstante a cegueira contínua desse povo** — ou, mais ainda, precisamente por causa dessa cegueira. Com quanta caridade a Sé Apostólica não protegeu esse mesmo povo contra injustas vexações! Porque reprovava todos os ódios e animosidades entre os povos, condena com a máxima severidade o ódio contra o povo **outro** escolhido por Deus — esse ódio que hoje é costumeiramente designado pela palavra ‘**antisemitismo**’. No entanto, ao constatar que esta Associação de Amigos de Israel passou a adotar uma forma de agir e de pensar contrária ao sentido e ao espírito da Igreja, ao pensamento dos Santos Padres e à própria Liturgia, os Eminentíssimos Padres (...) decretaram que a Associação de Amigos de Israel devia ser suprimida. Declararam-na abolida de fato e prescreveram que ninguém, no futuro, se permita escrever ou publicar livros ou opúsculos que favoreçam de algum modo **semelhantes iniciativas errôneas**. (...) Dado em Roma, no Palácio do Santo Ofício, aos 25 de março de 1928.”

“A dissolução da associação, em março de 1928, naturalmente alegrou a revista *Fede e Ragione*, que aproveitou essa condenação oficial para reiterar seus ataques contra a ‘farsa’ e as ‘utopias judaicas’ dos Amigos de Israel — especialmente contra sua inspiradora, a holandesa convertida **Francisca van Leer**, ‘donzela judia e ex-bolchevique’. O tom torna-se mais severo contra as propostas dos Amigos de Israel, que, segundo a revista de Fiesole, visavam unicamente a ‘não ferir a suscetibilidade de Judas, que, no entanto, ainda reivindica os privilégios dos quais outrora gozou, mas que perdeu de modo irrevogável’. A rejeição categórica das revisões teológicas propostas pelos Amigos de Israel esboça, em contraste, o programa oposto que *Fede e Ragione* reivindica contra os judeus: teologia da substituição, deicídio, castigo divino, inconvertibilidade dos judeus, crimes rituais, e a generalização sob designações estigmatizantes como ‘Judas’. Ao mesmo tempo, na RISS, o padre Boulin comemora a dissolução da associação, recordando ‘a impossibilidade ou extrema dificuldade da conversão dos judeus’. Amigo de Benigni, Boulin insurge-se naturalmente contra as posições dos Amigos de Israel sobre os crimes rituais: ‘Mesmo diante das relíquias do pequeno Simão de Trento, venerado como mártir pela Igreja, são aos judeus que os Amigos de Israel — assim como os judaizantes da Semana dos Escritores Católicos — estão sempre

prontos a pedir perdão pela dureza de coração dos cristãos!.'” (Valbousquet, 2020, p. 236).

A iniciativa de criação dos Amigos de Israel partiu, de fato, de uma jovem judia holandesa, Francisca Van Leer, nascida em 1892. Envolvida com os spartakistas em Berlim e, depois, em Munique, ao lado de **Kurt Eisner**, ela foi presa durante a contra-revolução. Na prisão, decidiu pedir o batismo na Igreja Católica caso saísse com vida. Libertada algum tempo depois, converteu-se e, em 1925, partiu para um kibutz na Palestina, onde se lançou, sem mandato da hierarquia, em uma atividade “missionária” entre os judeus. Retornou finalmente à Europa e fundou, em fevereiro de 1926, em Roma, a Associação de Amigos de Israel, em colaboração com dois padres holandeses: o padre Antoine Van Asseldonk, procurador-geral dos Cônegos de Santa Cruz, e o abade **René Klinkenberg**.

Francisca Van Leer era uma pessoa exaltada, fascinada pelo sionismo — entusiasmo não compartilhado pelo Patriarca Latino de Jerusalém, **Dom Luigi Barlassina**, que declarou, em 1921, em Roma, durante uma conferência: “[Os dirigentes sionistas] impõem sua vontade a toda a população — católica, muçulmana, e até aos próprios israelitas ortodoxos — submetidos a mil abusos de poder por parte de seus correligionários. Além da autoridade, dispõem de muito dinheiro enviado por comitês sionistas de todos os países, especialmente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, e com esse dinheiro compram as terras dos pobres muçulmanos arruinados pela guerra, fundam escolas e, às vezes, corrompem também as consciências. Em suma, como demonstram relatórios confiáveis, o propósito dos sionistas é expropriar pouco a pouco os árabes e os cristãos e tomar seu lugar. Para aumentar o número de seus correligionários, foi autorizada a imigração à Palestina de judeus russos, quase todos bolcheviques. (...) A ação sionista não se revelou menos funesta no plano da imoralidade: desde que os sionistas se instalaram como senhores da Palestina, ela se alastrou terrivelmente nessa terra banhada pelo sangue de Jesus Cristo. Casas de prostituição abriram-se em Jerusalém, Jafa, Nazaré, e em todos os centros importantes: as meretrizes pululam por toda parte, as doenças venéreas se espalham — é verdadeiramente, exclama Dom Barlassina, ‘a abominação da desolação no Lugar Santo’ (Mt 24,15). (...) É preciso salvar a Palestina, ameaçada de cair sob um jugo mil vezes pior do que o dos turcos; que mais uma vez ressoe o grito dos cruzados: Deus o quer! Deus o quer!” (Relato da conferência proferida no Colégio São José de Roma, em 11 de maio de 1921, publicado em *La Civiltà Cattolica*, II, 1921, p. 461–462).

O escritor **Stanislas Fumet**, que foi membro da associação dos Amigos de Israel, descreveu Francisca Van Leer da seguinte maneira: “Ela tentou nos comunicar seu entusiasmo pela causa do judeo-cristianismo. (...) Era sincera, dinâmica,

eletrizante. Galvanizou vários padres holandeses, que acabaram um tanto desorientados. Mas amávamos sua vitalidade, sua audácia judaica, sua confiança em Deus”. O **padre Devaux**, por sua vez, emitiu um julgamento mais severo, criticando o caráter “ardente” e “excêntrico” de Van Leer, assim como seu “necessário desejo de atividade ostensiva e de expressão de um nacionalismo judaico sob o disfarce de um sincero zelo cristão.” (Laurence Loupiac-Deffayet).

*

Voltemos agora ao decreto. Pela primeira vez em um documento da Santa Sé — e isso por vontade expressa de Pio XI — o decreto do Santo Ofício incluiu uma condenação nominal do antissemitismo. Mas em que consiste exatamente essa condenação? Quais são os limites reais da condenação eclesiástica do antissemitismo?

“A versão do decreto especificamente desejada pelo papa Ratti [Pio XI] esclarece que a Igreja ‘condena particularmente o ódio contra o povo que foi outrora o povo de Deus, um ódio que é hoje comumente conhecido pelo nome de antissemitismo’. Com isso, o decreto coloca os católicos antissemitas numa posição delicada, entre ortodoxia e heterodoxia: como podem os integristas obedecer a uma hierarquia que condena o antissemitismo, quando este lhes parece essencial à missão que se atribuem de salvaguardar o dogma cristão?” (Valbousquet, 2020, p. 238).

Laurence Loupiac-Deffayet resume com clareza: “Trata-se, para [o papa], de distinguir o antissemitismo, rejeitado pela Igreja por seu caráter racista e violência homicida, do antijudaísmo, que é uma oposição de natureza religiosa”. Mesmo entendimento tem Hubert Wolf: “Do ponto de vista desses cardeais, é apenas o antissemitismo racial que é condenado, enquanto o antissemitismo teológico era considerado legítimo e até mesmo necessário em termos eclesiais.” (Hubert Wolf, *Pie XII, le Vatican et Hitler*, CNRS, 2009, cap. 2). Segundo o padre Boulin, o decreto condena apenas o antissemitismo que se manifesta fora da estrutura da Igreja e da moral cristã: “Com a Santa Sé e com a Igreja, condenamos portanto todo antissemitismo sem justiça e sem misericórdia, contrário aos ensinamentos do Evangelho.” (Valbousquet, 2020, p. 238).

Esse era já o pensamento do papa Inocêncio III, no século XIII, que escrevia: “Nenhum cristão deve se permitir prejudicar a pessoa [dos judeus] sem autorização formal do senhor local, ou tomar à força seus bens. Além disso, que ninguém, de modo algum, os moleste com bastões ou pedras durante suas festas, nem que exija deles serviços indevidos, exceto os que prestavam anteriormente. (...) No entanto, queremos que apenas aqueles que não buscam subverter a fé cristã se beneficiem dessa proteção.” (Carta 302). Esse mesmo papa Inocêncio III estabeleceria, no Concílio de Latrão IV (1215), a obrigatoriedade de que os

judeus “de ambos os sexos, em toda a Cristandade e em todos os tempos” se distinguíssem “publicamente dos demais povos pela qualidade de suas vestes — tal como também fora mandado por Moisés.” (Cânon LXVII). E, para evitar que “a religião cristã” fosse “ainda mais prejudicada pela usura, pois com ela cresce a perfídia dos judeus, a ponto de em pouco tempo arruinarem os bens dos cristãos”, o concílio anulava as dívidas dos cristãos e, “se necessário”, os obrigava “a abster-se de qualquer comércio com eles”.

Dessa forma, a Santa Sé não podia condenar o antissemitismo cristão, mas apenas o antissemitismo antirreligioso. Pio XI não tinha intenção nem autoridade para condenar: a) Inocêncio III, que impôs sinais distintivos aos judeus; b) São Pio V, que lhes impôs o uso da cor amarela fora dos guetos; c) Bento XIV, que endossou as regras da Inquisição romana restringindo os direitos civis dos judeus nos Estados Pontifícios e em Avignon... Teria sido preferível, segundo o autor do texto, que Pio XI reafirmasse simplesmente a moral e o direito cristão, sem utilizar o conceito moderno e ambíguo de “antissemitismo”. Bastaria recordar o ensinamento de Cristo de não odiar o próximo e o dever de amar, tanto quanto possível, até mesmo o inimigo, ainda que fosse judeu...

“O termo antissemitismo é infeliz, não apenas pela falsidade de sua etimologia, mas pelas ambiguidades de seu uso comum. Esse antissemitismo é ‘incômodo’, pois há pelo mundo um antissemitismo inaceitável: sobretudo o dos racistas alemães, que sempre combatemos com tanto vigor’. Boulin propõe então qual seria a única forma ‘aceitável’ de hostilidade antijudaica: ‘Muito diferente é a nossa obra de defesa religiosa, patriótica e social contra a conspiração das forças do mal sob o duplo signo das Lojas [maçônicas] e do Kahal [conselho judaico]. Daí o título legítimo de anti-judeo-maçônico, que é o único que nos convém com exatidão, em oposição a esse rótulo falso e perturbador de antissemita, que somos forçados a usar aqui e ali apenas por conveniência discursiva ou porque o adversário se recusa a utilizar qualquer outro.’” (Valbousquet, 2020, p. 238–239).

O jesuíta **padre Enrico Rosa**, diretor desde 1915 da revista *La Civiltà Cattolica*, forneceria então a interpretação oficial a ser dada ao decreto do Santo Ofício. Esse padre foi, segundo necrológio de 1938 (*Civiltà Cattolica* 89,4), “durante trinta anos o intérprete e defensor intrépido das diretrizes da Santa Sé”. Em artigo encomendado por Pio XI, intitulado “Il pericolo giudaico e gli Amici d’Israele” (“O perigo judaico e os Amigos de Israel”), Rosa distinguia dois tipos de antissemitismo: a “forma não cristã de antissemitismo”, e “a justa apreciação do perigo proveniente dos judeus”. Segundo ele: “O primeiro tipo de antissemitismo não é cristão porque é contrário à caridade combater homens por pertencerem a um povo e não por seus atos”. No entanto, alegando a presença social e política desproporcional dos judeus na Europa em relação ao seu número, Rosa acusava-os

de “ter puxado os cordões de todas as revoluções, desde a Revolução Francesa de 1789 até a Revolução Russa de Outubro [1917], passando pela de julho de 1831 e a de março de 1848.” (*Civiltà Cattolica*, 79, 2 – 1928).

Assim, em termos gerais, o padre Rosa transmitia a mesma interpretação que o padre Boulin na RISS, “ainda que com um tom menos direto e mais rebuscado”: “Uma tal benevolência da Igreja, bem como sua dupla recomendação — mencionada anteriormente — contra o antissemitismo (isto é, não odiar os judeus e ainda menos oprimi-los injustamente, mas ao contrário orar por eles apesar de sua cegueira) não deve nos fazer esquecer ou fechar os olhos diante da triste verdade, como o que parece ter ocorrido com certos líderes e propagandistas da Sociedade de Amigos de Israel’. Essa ‘triste realidade’ corresponde, no discurso de Rosa, à ‘luta antirreligiosa’ conduzida pela ‘geração dos filhos de Judas’, com a cumplicidade dos liberais e da maçonaria — à qual ele acrescenta todos os estereótipos modernos do judeo-bolchevismo e da finança judaica internacional. Como Jouin, o padre Rosa via o ‘perigo judaico’ (título do artigo aprovado pelo Vaticano) como um castigo divino contra as sociedades católicas que se afastaram de Deus. O liberalismo, com sua consequência — a emancipação judaica —, seria para Rosa a verdadeira causa do antissemitismo moderno, pois teria rompido as barreiras tradicionais erguidas pela Igreja. Assim, a condenação do antissemitismo no decreto de 1928 inscreve-se, segundo Rosa, na continuidade do duplo protetorado da Igreja: proteger um povo odiado por seus próprios atos, mas não endossar qualquer forma moderna de solidariedade com ele. O diretor da *Civiltà Cattolica* insiste em limitar a definição de antissemitismo aos nacionalismos antirreligiosos, sem qualquer relação com o antijudaísmo cristão: **‘O antissemitismo é condenado nominalmente, como afirma o decreto; mas é condenado, como bem se entende, em sua forma e espírito antirreligiosos’**. A gravidade do ‘perigo judaico’ não é minimizada: ‘Ele ameaça o mundo inteiro com suas infiltrações perniciosas e ingerências nefastas — especialmente entre os povos cristãos e, mais especificamente, entre os católicos latinos, onde o cegamento do velho liberalismo favoreceu majoritariamente os judeus, enquanto perseguiu católicos e religiosos acima de tudo’. Assim, o padre Rosa constrói, como o grupo de Benigni, uma distinção entre formas legítimas e ilegítimas de antissemitismo. Contudo, o artigo de Rosa deve também ser compreendido como parte de um conflito mais amplo entre os jesuítas e os integristas, e no contexto da condenação da *Action Française*. (Valbousquet, 2020, p. 240 e 242).

Após a condenação dos Amigos de Israel, a Santa Sé aguardava a submissão dos responsáveis. “Quando o cardeal Merry del Val [prefeito do Santo Ofício] entrou, Van Asseldonk ajoelhou-se e apresentou sua submissão incondicional, sem pedir as razões da supressão. (...) No entanto — relatará ele — fiquei sem palavras quando, depois de publicado o decreto, li os motivos invocados. Um dos membros

do Comitê (...) veio chorando à sua casa. Ambos então ofereceram aquilo a Deus. Foi nesse momento que ele percebeu, como escreve ele mesmo, que a Igreja seria submersa pelo antissemitismo.” (Ramaekers, “Doctor Anton van Asseldonk o.s. crucis 1892–1973”, in Clairlieu, Achel, 1978, p. 33).

O padre Van Asseldonk redigirá então, de maneira hipócrita e em nome de todo o Comitê Central dos Amigos de Israel, um ato de submissão, no qual interpretava o decreto como uma condenação de todo o antissemitismo. Graças a essa apresentação habilidosa, o decreto tornava-se, assim, uma espécie de porta-voz oficial das teses dos Amigos de Israel... Ele agradecia ao Santo Ofício por ter reconhecido com louvor suas boas intenções e expressava sua alegria pelo fato de que, naquele texto do Magistério, “o antissemitismo tenha sido solenemente condenado com a maior firmeza — e melhor do que jamais poderíamos tê-lo feito.” (A.S.O.). No entanto, os cardeais do Santo Ofício não concordaram de modo algum com essa carta de submissão: convocaram novamente Van Asseldonk e, em 14 de abril, proibiram-lhe comentar, de qualquer maneira, os decretos provenientes da suprema autoridade da fé. Três dias depois, em 17 de abril, Van Asseldonk teve de comparecer novamente ao Palácio do Santo Ofício e sofreu as mais severas advertências. Foi-lhe então proibido não apenas interpretar o decreto de dissolução, mas também manifestar-se publicamente sobre toda essa questão. (Registro das advertências feitas a Asseldonk por Alfonso Gasparini, 17 de abril de 1928 – A.S.O.).

O abade Gariador, presidente da associação e signatário da petição, foi convocado em 3 de abril de 1928 ao Santo Ofício. Sua submissão não apresentou dificuldades. O **padre Laetus Himmelreich** também a apresentou sem problemas. Quanto ao abade Schuster, o cardeal Merry del Val se pronunciou a favor de um severo “chamado à ordem”, pois o beneditino, “em seu extremismo, chegou ao ponto de querer suprimir do rito da Santa Igreja uma suposta ‘superstição’”. Como especialista e consultor da Congregação dos Ritos, também foi convocado ao Santo Ofício. Na carta de submissão que lhe foi exigida, Schuster escreveu: “De todo o coração, como filho muito obediente da Santa Mãe, retiro e retrato de minha opinião sobre a oração feita pelos judeus durante o Ofício da Sexta-feira Santa tudo o que desagrada aos veneráveis Padres desta Congregação e que por eles é desaprovado. A rapidez da pena traiu a intenção do pensamento, pois o adjetivo ‘supersticioso’ que usei não se aplicava ao rito litúrgico, santo e venerável, mas sim à atitude difundida na Idade Média com relação aos judeus”.

Assim terminou o incidente dos Amigos de Israel. Infelizmente, ele viria a reabrir-se de maneira muito mais grave. Pois a primeira verdadeira concessão não data de 1928, mas sim de 1955: a Sagrada Congregação dos Ritos, em seu decreto *Maxima redemptionis nostrae mysteria*, reformava a ordenação litúrgica dos

ofícios da Semana Santa e, nesse contexto, suprimia a rubrica que mandava omitir a genuflexão na oração pelos judeus... Essa concessão foi lamentável e prejudicial, pois, embora puramente simbólica, preparava um processo ideológico e suicida inaceitável, dando corpo às “iniciativas errôneas” dos Amigos de Israel. Em março de 1959, a reforma litúrgica de João XXIII modificará a oração *Pro Judaeis* no sentido desejado pelos Amigos de Israel. Em si, essa mudança ainda não era herética, pois já se encontrava no missal ambrosiano a fórmula *plebem Iudaicam* (povo judeu), em vez da expressão *judaicam perfidiam* (“perfidia judaica”). A concessão consistia ainda apenas numa omissão...

O mais grave estava por vir. Com o Concílio Vaticano II, a concessão torna-se pura e simplesmente uma traição. Os erros dos Amigos de Israel e o trabalho de influência de **Jules Isaac** haviam produzido seus frutos amargos e perversos. Pois já em 1928, os Amigos de Israel propunham abandonar, de maneira geral, até mesmo a noção de “conversão” dos judeus, sob o pretexto de que tal termo teria algo de odioso, isto é, desagradável, para os judeus... Depois do Concílio Vaticano II, a nova versão do Missal (1970) já não dizia: “Oremos também pelos judeus pérfidos, a fim de que o Senhor nosso Deus remova o véu que cobre seus corações, e que eles reconheçam conosco Jesus Cristo Nosso Senhor”, mas sim: “Oremos pelos judeus, aos quais Deus falou em primeiro lugar: que eles progridam no amor de seu Nome e na fidelidade à sua Aliança”. E, em vez da oração: “Deus todo-poderoso e eterno, que em vossa misericórdia não rejeitais nem mesmo os judeus pérfidos, ouvi as preces que vos dirigimos por causa da cegueira deste povo; para que, reconhecendo a luz de vossa verdade, que é o Cristo, sejam enfim arrancados das trevas. Por esse mesmo Jesus Cristo, Nosso Senhor. Amém.”, passou-se a rezar: “Deus eterno, Deus todo-poderoso, vós que escolhestes Abraão e sua descendência para fazer deles os filhos de vossa promessa, conduzi à plenitude da redenção o primeiro povo da Aliança, como vossa Igreja vos suplica. Por Jesus Cristo, nosso Senhor.”

Como observará qualquer analista imparcial, trata-se de uma guinada de 180 graus em relação ao texto tradicional. Já não se fala mais na conversão dos judeus, o que implica o reconhecimento permanente das promessas divinas feitas a Israel. E aqui estamos pura e simplesmente na heresia...

VIII. A JUDAIZAÇÃO DA IGREJA

Nina Valbousquet é uma historiadora engajada... Para ela, “uma responsabilidade judaica no assassinato da família imperial russa dos Romanov...” pertence ao “mito” (Valbousquet, 2020, p. 178); “a simultaneidade entre a Revolução Bolchevique e a Declaração Balfour é uma coincidência que serve de oportunidade para os antissemitas conspiracionistas” (Valbousquet, 2020, p. 78); o “judeo-

bolchevismo e a conspiração judaica mundial” não passam de “mitos difundidos...” (Valbousquet, 2020, p. 262). Ela mantém ceticismo “quanto à ‘judaização’ da sociedade cristã”, que resulta, segundo ela, de uma “obsessão específica do grupo integrista” (Valbousquet, 2020, p. 224). A “‘judaização’ da sociedade” é tida como um “discurso conspiracionista e contrarrevolucionário...” (Valbousquet, 2020, p. 286). “A obsessão com a judaização e a prescrição de medidas de discriminação contra os judeus (revogação da emancipação, restauração dos guetos, *numerus clausus*, impedimentos civis, políticos e econômicos) favorecem a aproximação — ainda que pontual — dos católicos integristas com todos os tipos de antissemitas, mesmo laicos e pangermanistas, desde que estes se filiem ao mesmo movimento ‘antiluminista’. Tanto quanto os antissemitas de tendência secularizada, Benigni e seus colaboradores católicos professam um antissemitismo social e econômico virulento. (...) A modernidade pós-1789 e a ‘judaização’ da sociedade tornam-se sinônimos. (...) Isso explica por que o antissemitismo de Jouin, por exemplo, dirige-se antes de tudo aos fiéis católicos, conclamando-os à conversão e não à dos judeus, considerada inútil — pois a luta contra a secularização aparece como a única solução para a questão judaica. (...) Para Benigni e seus colaboradores, o antissemitismo torna-se um critério, uma linha divisória entre os verdadeiros católicos esclarecidos, de um lado, e os católicos extraviados, ‘falsos amigos’ e outros ‘cúmplices judaizados’, de outro. (...) É verdade que Benigni não tem o mesmo impacto que o **padre Tacchi Venturi**, emissário oficioso da Santa Sé junto ao governo fascista, que tenta convencer Mussolini, já em 1926, da iminência de uma conspiração judaica mundial. Contudo, Benigni inscreve-se na mesma tendência de fundo, a de uma espécie de lobby católico junto ao regime fascista, defendendo a introdução de medidas de ‘defesa’ contra os judeus, apagando assim o legado revolucionário da emancipação e da igualdade civil entre católicos e não católicos.” (Valbousquet, 2020, p. 285–286 & 289–290).

As pessoas que desejarem aprofundar essas questões poderão ler com proveito: *Ils ont tué le Tsar*, de Nicolas Ross (Éditions des Syrtes, 2018); *De la Question Juive*, do padre O. Rioult (Éditions Saint Agobard, 2019); *Le grand secret du communisme*, de David Duke (Free Speech Press, 2015) e *Des origines du mondialisme à la grande réinitialisation*, de Pierre Hillard (Culture & Racines, 2022).

Para concluir, gostaríamos de agradecer a Nina Valbousquet pelo imenso trabalho que realizou, mas também chamar a atenção do leitor para sua conclusão e dizer ainda algumas palavras sobre a judaização da Igreja.

Na última página de seu livro, Nina Valbousquet assinalava que “o artigo do **marquês de La Franquerie** publicado no *Le Bloc catholique* em 1927,

denunciando a infiltração judaica no Vaticano, foi novamente reproduzido no boletim dos *Francs Catholiques* (nº 31, edições Saint-Rémi, janeiro de 2014 — trechos disponíveis online: <http://saint-remi.fr/fr/revue-la-voix-des-francs/1349-la-voix-des-francs-n31.html>), um renascimento da antiga liga franco-católica, e isso ainda em janeiro de 2014, enquanto ressoava a manifestação do ‘*Jour de colère*’ aos gritos de ‘morte aos judeus’.” Nina concluíra em seu último parágrafo: “Há, portanto, uma outra história a ser escrita, a dos prolongamentos do antissemitismo católico após a Shoah e de sua reativação nas redes tradicionalistas contrárias ao Concílio Vaticano II.” (Valbousquet, 2020, p. 290).

Deixamos a Nina a responsabilidade de seu amálgama final para submeter o conceito de “judaização da Igreja” ao crivo dos fatos e verificar se ele corresponde efetivamente à realidade ou se é um mito, fruto de uma mentalidade falseada e obsessiva.

Para começar, eis o que Nina escreve sobre o marquês de La Franquerie. Nos anos 1930, “os colaboradores próximos de Benigni formam agora um bastião integrista, engajado numa última batalha encarniçada contra todos os ‘traidores do interior’: católicos conciliadores, democratas-cristãos, ‘filosemitas’ ou ainda ‘cristãos vermelhos’.” (Valbousquet, 2020, p. 245). Um ano após a colocação da *Action Française* no Index por Pio XI (1926), o marquês André Lesage de La Franquerie, redator-chefe da RISS a partir de 1926, publica, no verão de 1927, um longo artigo no *Bloc catholique*, intitulado “O plano judaico-maçônico contra a Igreja”, sob o pseudônimo de Louis de Beslon. Ele invoca “uma conspiração judaico-maçônica que ameaçaria os altos escalões da Igreja: ‘Acreditamos particularmente útil, nestas horas conturbadas, recordar aos católicos o plano da judeo-maçonaria contra a Igreja. (...) Desde há um século, a judeo-maçonaria sonha e se empenha em penetrar no Vaticano e fazer subir ao trono de São Pedro um homem que realize, mesmo inconscientemente, seus desígnios. (...) Já naquela época [a Revolução Francesa] — e o mesmo se dá hoje — a judeo-maçonaria queria: 1. Colocar um dos seus no Vaticano e recrutar numerosos membros do clero; 2. Atacar especialmente os países latinos: França, Espanha, Itália; 3. Destruir a Casa da França’. Diante do ‘mundo cego’, ‘desmiolado’, só a Igreja teria a coragem de se opor a essa ‘ação diabólica’, segundo La Franquerie, num trecho que explicita o vínculo entre antissemitismo e antimodernismo: ‘Para advertir o mundo contra os atos criminosos da judeo-maçonaria, os Soberanos Pontífices condenaram solenemente o liberalismo, o modernismo, o americanismo, o socialismo, o Sillon e, em geral, todos os princípios modernos oriundos da Revolução e dos ‘direitos do homem’. Essa lucidez única da Igreja explicaria por que o mundo católico se teria tornado o alvo privilegiado dos ataques da ‘judeo-maçonaria’. A estratégia desta visaria a ‘alcançar o triunfo da ideia revolucionária por meio de um Papa’, de modo que ‘padres e leigos se persuadissem de que o

cristianismo é uma doutrina essencialmente democrática'; assim, o artigo desqualifica a democratização da Igreja ao apresentá-la como um fenômeno essencialmente judaico-maçônico.” (Valbousquet, 2020, p. 245).

A conclusão do artigo era: “A judeo-maçonaria fincou o pé no Vaticano e — humanamente falando — parece prestes a triunfar definitivamente sobre a Igreja e sobre a França. (...) A fé dos crentes — longe de ser abalada por tudo o que acontece, especialmente por fatos tão perturbadores quanto a condenação da *Action Française* — deve se fortalecer na provação, pois sabe que a Igreja tem as promessas da eternidade.” (Valbousquet, 2020, p. 253). O arcebispo de Toulouse, **Dom Germain**, condenará o *Bloc catholique* e proibirá sua leitura por meio de uma ordem de 28 de setembro de 1927. Mas como assinala Nina Valbousquet: “A reação da hierarquia eclesiástica contra o *Bloc catholique* explica-se assim no contexto da condenação da *Action Française*; ela decorre mais de uma indignação diante da acumulação de ataques da revista contra diversas personalidades católicas do que de uma genuína preocupação da hierarquia com o antissemitismo.” (Valbousquet, 2020, p. 254).

Então, em que ficamos? Teriam as decisões prudenciais — e infelizes — ou as fraquezas de Pio XI e de Pio XII favorecido uma judaização da Igreja que se teria tornado efetiva com a revolução do Vaticano II? João XXIII, e depois seus sucessores, teriam trabalhado para fazer da Igreja uma extensão da sinagoga? João XXIII, ontem, e Francisco, hoje, seriam ministros da “judeo-maçonaria”? Teria êxito essa estratégia da “judeo-maçonaria” visando a “alcançar o triunfo da ideia revolucionária por meio de um Papa”, de modo que “padres e leigos se persuadam de que o cristianismo é uma doutrina essencialmente democrática”?

Essas questões são essenciais. Sem poder tratá-las a fundo aqui — remetemos nossos leitores aos nossos livros sobre esses temas (*L'apothéose humaine, De la Question Juive, L'Église et l'Apostasie*) —, pensamos que o seguinte fato bastará para iluminar a lanterna de nossos leitores:

“Os colaboradores de Benigni expressam dúvidas explícitas sobre a probabilidade, a viabilidade e a sinceridade das conversões judaicas ao catolicismo. Jouin chega a sugerir uma analogia entre conversão religiosa e subversão política: ‘Não se deve contar nem com a conversão dos judeus, nem com a moderação dos comunistas’. Boulin, por sua vez, só concebe a conversão sob a perspectiva sobrenatural e escatológica do fim dos tempos: ‘(...) Essa solução ideal, remetida aos últimos dias do mundo, pode muito bem realizar-se já amanhã ou demorar ainda dezenas de séculos; e é preciso, enquanto isso, encontrar uma resposta para a questão de vida ou morte, cada dia mais urgente, que a existência do judeu, a audácia de suas empresas e a ameaça de seu triunfo monstruoso colocam à consciência das nações

civilizadas’. A conversão não suprime em nada a urgência de uma ação antijudaica julgada vital. Benigni vai ainda mais longe ao considerar a conversão como perigosa, por representar uma infiltração judaica no corpo católico. Ele propõe uma releitura da história das relações judaico-cristãs através do prisma da ‘falsa conversão’ e dos ‘criptojudeus’: a conversão não seria senão uma estratégia dos judeus para subverter a sociedade cristã desde dentro. Benigni estigmatiza o judeu que estaria ‘pronto a receber o batismo, mesmo várias vezes se necessário, para escapar dos castigos que mereceu e para fazer dessa nova profissão religiosa um novo meio de desferir um golpe ainda mais grave contra a Igreja’. Citando historiadores latinos e cristãos como autoridades, o prelado italiano expõe vários exemplos de ‘ardis judaicos’, seguindo a mesma narrativa: dissimulação dos judeus pela conversão, instrumentalização dessa conversão para fins de dominação, revelação final da impostura pelas autoridades cristãs. Ele elogia a ‘medida prudente’ do Concílio de Agde (506), que instituiu regras mais estritas para o catecumenato. (...) Se o judeu é percebido como sempre tendo sido um parasita infiltrado entre as nações, o Antigo Regime podia, no entanto, conter essa infiltração separando os judeus da sociedade cristã e tornando-os visíveis e identificáveis. Pelo contrário, a era das revoluções rompeu essa linha de separação e teria permitido uma penetração judaica perigosa na sociedade. (...) Benigni soa o alarme contra o parasita ‘Israel’ introduzido no corpo cristão: ‘Ele está sempre à obra para nos contaminar e nos sangrar: a alma primeiro e a bolsa, depois o corpo. (...) Já é bem tarde; de um momento para o outro será tarde demais’. (...) Benigni estigmatiza a infiltração dos ‘filhos de Israel’ e outros ‘roedores’ na indústria italiana. Jouin denuncia sobretudo a presença dos judeus na cultura, na imprensa, na educação e na administração, vetores pelos quais ‘os judeus trabalham na deformação do espírito pela difusão de ideias falsas’. Do mesmo modo, para Boulin, a judaização assume a forma de uma dissolução dos costumes, em particular na França urbana: ‘(...) Paris, sobretudo, está à mercê dos judeus, já mestres dos principais postos da Universidade’ (...) e propõe o estabelecimento de um ‘*numerus clausus*’: uma ‘barreira protetora’, limitando o número de judeus na universidade, a ser estendida também às profissões liberais e comerciais. Ele saúda assim as propostas das extremas direitas romena, húngara ou letã em 1923 como ‘uma medida de salvação pública diante de uma nacionalidade inimiga do gênero humano’.” (Valbousquet, 2020, p. 223–226).

A RISS faz, portanto, do antissemitismo e do filossemitismo um dos “elementos de distinção entre os católicos ‘esclarecidos’ e os católicos ‘cegos’ e ‘cúmplices’ dos judeus”: “que ao menos o decreto do Santo Ofício sirva para abrir os olhos de todos os católicos sobre este ponto”, escreverá o padre Boulin. (Valbousquet, 2020, p. 237).

Para os integristas, a judaização da Igreja constitui, portanto, um fato a ser combatido, e não uma ideia meramente teorizada. Desde Nova Jersey, Leslie Fry queixa-se a Dom Benigni da “situação ‘horrível’ do catolicismo americano, cujos dirigentes estariam ‘todos vendidos aos judeus’”. Ela explica as tendências excessivamente independentes da Igreja americana em relação a Roma, bem como a falta de consciência antissemita entre os católicos dos Estados Unidos, por uma cumplicidade com os judeus: ‘A maioria dos católicos aqui anda de mãos dadas com os judeus e são seus melhores apoiadores’. A resposta que Benigni envia a Fry é sintomática dos amálgamas que ele constrói entre integralismo e antissemitismo, por um lado, e modernismo e filossemitismo, por outro: ‘(...) Na prática, o católico integral é o contra-revolucionário integral, antissemita, antimaçom, etc.; o outro [o modernista] é um ‘transacionista’ em todos os terrenos’. Em 1926, Boulín denuncia a ‘hebraização voluntária’ dos católicos: ‘Estamos decididos a dar fim a essa campanha internacional em favor de Israel nos meios católicos e repetimos, da nossa parte: sim, isso é uma demência ou uma traição.’” (Valbousquet, 2020, p. 228).

Para ilustrar o fato da judaização da Igreja, propomos resumir um artigo de Olivier Rota, intitulado “L’Association de Prières pour Israël (1903-1966)”, publicado no *Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem*, em 2003, que estuda “uma associação proselitista ligada à congregação de Notre-Dame de Sion e sempre apoiada pela hierarquia, desde sua criação em 1903 até sua dissolução em 1966: *L’Association de Prières pour Israël* (A.P.I.) (“Associação de Orações por Israel”).

Em 1903, a A.P.I. tem como objetivo a conversão do povo de Israel, no espírito da espiritualidade reparadora e mariana da congregação Notre-Dame de Sion. Seu crescimento é rápido, explicado em parte pela indulgência plenária concedida em 23 de março de 1906 por São Pio X aos que rezassem pela conversão de Israel.

Estimulado pelo sucesso da A.P.I., o superior geral dos Padres de Notre-Dame de Sion solicita ao patriarca latino de Jerusalém a ereção canônica da confraria dos membros já inscritos em Jerusalém. **Dom Philippe Camassei** atende o pedido em 17 de abril de 1908 e confia à A.P.I. a missão de “obter que os judeus, reconhecendo em Cristo a verdadeira luz da verdade, alcancem a unidade da fé católica”. No 4 de julho de 1908, o próprio papa São Pio X adere à A.P.I. Com esse patrocínio prestigioso, a Associação prospera. Em 1917, já se contam mais de 100.000 membros, e em 1927, 26 confrarias afiliadas. Cada associado se compromete a recitar diariamente a seguinte oração: “Deus de bondade, Pai das misericórdias, suplicamo-vos pelo Coração Imaculado de Maria, e pela intercessão dos Patriarcas e dos Santos Apóstolos, que lanceis um olhar de compaixão sobre os restos de Israel, para que cheguem ao conhecimento de nosso único Salvador,

Jesus Cristo, e participem das preciosas graças da Redenção. Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem”.

Mas nas décadas de 1920–30, emergem no movimento membros com tendências filossemitas. Algumas confrarias começam a distorcer os ensinamentos de São Paulo sobre a irrevogabilidade das promessas de Deus feitas ao seu povo e exageram suas consequências em relação às raízes judaicas do cristianismo. Insiste-se, de maneira exagerada e equivocada, sobre a judeidade de Jesus, de sua família e de seus seguidores.

Em 1934, um artigo publicado na revista *Catholic Guild of Israel*, dirigida por jesuítas ingleses, vai ainda mais longe e ultrapassa uma nova etapa. Diante do reconhecimento do fracasso da congregação de Notre-Dame de Sion em converter os judeus em massa, em vez de atribuir esse fracasso à liberdade humana dos próprios judeus, culpa-se o meio católico antissemita. A revista então conclama os fiéis a se empenharem na conversão... dos próprios católicos! — e à luta contra o antissemitismo entre os cristãos. A prioridade já não é mais rezar pela conversão dos judeus, mas sim “for the conversion of all Anti-Semites...” (Henriette Alinel, *Act for the Conversion of all Anti-Semites, Catholic Guild of Israel*, verão de 1934, p. 26–27).

A supressão da Associação de Amigos de Israel, em 1928, por decreto romano, causou certo alvoroço entre os simpatizantes das obras voltadas à conversão dos judeus, especialmente entre os membros da A.P.I. Rapidamente, algumas explicações vieram esclarecer o decreto. O padre **Joseph Bonsirven, S.J.**, publicou no *Bulletin des Missions* um artigo sobre a supressão dos Amigos de Israel, no qual reconhece o seguinte: “Parece que, movidos por um zelo mal iluminado, que denuncia a raça [alusão aos propagandistas católicos de origem judaica do movimento Amici, especialmente F. van Leer], os promotores e inspiradores da obra ultrapassaram por vezes os limites do verdadeiro e do justo; as formas de expressão, que pretendiam ser apenas precauções oratórias delicadas, transformaram-se numa apologia especulativa e prática do judaísmo. (...) Com isso, fomenta-se imprudentemente o espírito de exclusivismo, de separatismo e de nacionalismo, ao qual Israel já é demasiado inclinado, o que torna mais difícil sua conversão ao catolicismo, a passagem para uma Igreja onde deve fundir-se na massa fraterna de uma nação santa, de um sacerdócio real. (...) Coincidência significativa: muitos desses amigos exagerados de Israel se apaixonam pelo movimento sionista e o favorecem.” (T. IX/24, n° 3, 1928).

Na revista *La Question d’Israël*, o mesmo padre jesuíta tranquiliza a A.P.I.: “A Igreja Católica dispõe, com vistas à conversão de Israel, de órgãos que ela aprovou solenemente e que já provaram há anos sua fecundidade e segurança: a

Notre-Dame de Sion. Esse instituto foi criado com os mesmos fins; exerce as mesmas atividades que a Associação de Amigos de Israel; esta última pôde então ser suprimida, por não apresentar todas as garantias de prudência.” (*Quelques remarques sur la suppression des ‘Amis d’Israël’*, n° 24, agosto de 1928).

Dos anos 1930 até o período da guerra, o apostolado da A.P.I. continua sem sofrer modificação relevante. É somente no pós-guerra que certos membros da Associação passam a questionar seu engajamento. Surge então uma nova revista, dirigida pelos Padres de Sion, que acaba distorcendo os fundamentos da visão católica sobre os judeus e o judaísmo. Desde seu primeiro número, em 1947, os *Cahiers sioniens* se colocam em ruptura com o período anterior à guerra: “Consideramos que a lembrança desses milhões de vítimas condiciona doravante as reflexões e julgamentos daqueles que estudam os problemas que a condição dos judeus levanta em nosso planeta”.

Entre 1947 e 1955, toda a teologia da substituição é duramente criticada nos *Cahiers sioniens*. Abundam sofismas e juízos heréticos. Tudo é feito no sentido de reavaliar positivamente o judaísmo, mantendo-se a confusão entre o mosaísmo abrogado, que preparou a vinda do Cristo, e o talmudismo, que combate a ação de Cristo... Nesse contexto, uma circular de **M. Marie-Félix**, de 2 de fevereiro de 1951, desautoriza o espírito proselitista da Associação: “Mostremos ao exterior que trabalhamos antes por uma aproximação entre judeus e cristãos do que por conversões prematuras. Uma reputação de ‘proselitismo’ prejudicaria nosso apostolado mais do que o ajudaria”.

Criada para o apostolado junto a Israel, a A.P.I. renuncia à pregação aos judeus e reorienta suas atividades aos católicos. Em seguida, com o episódio da “Questão Finaly” (1952–1953), os *Échos de Notre-Dame de Sion* pela primeira vez consideram os argumentos da parte judaica no contencioso com os católicos. Os **irmãos Finaly** eram dois órfãos judeus, de dois e três anos, confiados por seus pais antes da morte às religiosas de Notre-Dame de Sion, em Grenoble, em 1944. Devido à tenra idade, as religiosas os entregaram à senhorita Antoinette Brun, católica fervorosa, que se recusou a entregá-los após a guerra à tia das crianças e mandou batizá-los em 1948. O Consistório Central e os rabinos Schilli e Kaplan intervêm junto às autoridades políticas e religiosas, e alertam a imprensa. Tanto a imprensa de esquerda quanto a católica progressista condenam a conduta de parte do clero. No fim, o **cardeal Pierre Gerlier**, arcebispo de Lyon, decide negociar com o Grão-Rabino Kaplan e com a família das crianças: os meninos seriam restituídos à família, e em troca, as queixas contra os religiosos seriam retiradas. Em junho de 1953, os dois meninos batizados são entregues à família e partem para Israel...

O cardeal Gerlier havia então traído o Evangelho e desobedecido às instruções do Santo Ofício de 1946, aprovadas por Pio XII, sobre o destino das crianças judias confiadas a instituições católicas durante a ocupação: “As crianças que tenham sido batizadas não devem ser entregues a instituições que não possam garantir sua educação cristã. Para as crianças sem pais, uma vez que a Igreja as acolheu, não convém que sejam entregues a pessoas sem direito algum sobre elas, ao menos até que tenham idade para decidir por si mesmas. Evidentemente, isso vale para crianças não batizadas. Se os pais as confiaram e agora as reclamam, **desde que não tenham recebido o batismo**, elas poderão ser devolvidas.” (Nota do Santo Ofício, 23 de outubro de 1946, entregue ao Cardeal Gerlier em 30 de abril de 1947).

Depois desse caso, seriam necessários mais dez anos até que ocorresse uma mudança substancial no apostolado da congregação — e, por consequência, da A.P.I. O tempo do proselitismo católico estava chegando ao fim: a vocação da congregação de Sion agora se baseava não mais na conversão dos judeus, mas na aproximação judaico-cristã...

Então veio 1962 e a subversão do Concílio Vaticano II. O irênico João XXIII decide render-se sem combater... é a “abertura ao mundo”. Cristo dizia que os cristãos estão no mundo, mas não são do mundo; já os modernistas querem ser do mundo... Essa mudança suicida de atitude, introduzida por João XXIII, seria apresentada como algo bom, através de um sofisma que distorce o amor ao próximo e a caridade de Cristo, resumido na fórmula: “Todo mundo é bonito, todo mundo é bonzinho...”.

Como consequência, em 21 de março de 1964, uma nova circular de S. Marie-Laurice determina a suspensão da Associação: “O desenvolvimento do movimento ecumênico na Igreja e as orientações do Concílio nos conduzem a revisar nossas atitudes apostólicas, em particular aquela que é própria de Sion. (...) A Igreja toma nova consciência dos valores religiosos presentes em todos os nossos irmãos crentes, não católicos e até não cristãos. Portanto, não rezaremos mais pela ‘conversão’ dos judeus. (...) **Isso exige a supressão total dos folhetos, brochuras, panfletos, etc. relativos à A.P.I.** (...) Os documentos sobre a vida de nossos Padres e das primeiras mães serão, a partir de agora, considerados como arquivos privados, de uso exclusivo das Irmãs, assim como o Diretório.”

Em 1965, vem a declaração conciliar *Nostra aetate*, sobre a Igreja e as religiões não cristãs. **M. Riegner**, membro influente do Congresso Judaico Mundial, declarou a esse respeito: “As organizações judaicas saúdam a adoção do texto de *Nostra aetate*... o cardeal **Bea** destacou com razão que, entre todos os textos aprovados pelo Concílio Vaticano II, o referente aos judeus é o único que não

contém nenhuma referência aos ensinamentos tradicionais da Igreja, sejam eles patrísticos, conciliares ou pontifícios. Isso demonstra claramente o caráter revolucionário desse ato.” (Gerhart M. Riegner, *Ne jamais désespérer...*, Cerf, 1998, cap. IV).

Ao contrário dos Amigos de Israel, a A.P.I. não foi suprimida, mas dissolveu-se por si mesma, desaparecendo *ipso facto* durante a revolução eclesiológica do Concílio Vaticano II, que abandonaria toda a ideia de missão junto aos judeus... Vaticano II, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco estariam hoje tão submetidos aos desejos do mundo judaico que teriam feito da Igreja uma espécie de anexo da sinagoga... Seu ensinamento herético, que contradiz as Escrituras e dois mil anos de teologia católica fundada nos Padres e no magistério, resume-se em afirmar que: a) a antiga aliança nunca teria sido revogada; b) Israel continua a ser o povo de Deus; c) e a Igreja não tem mais por missão a conversão dos judeus.

Neste ponto, já não se trata de judaização da Igreja, mas de uma traição pura e simples; trata-se de apostasia — e isso anuncia o fim dos tempos profetizado nas Escrituras.

CONCLUSÃO

Para concluir, nada faremos melhor do que apresentar o testemunho do **padre Pie Mortara** († 1940). Por volta de 1850, uma cristã a serviço de uma família judia de Bolonha, cidade dos Estados Pontifícios, batizou, em perigo de morte, o pequeno Mortara. Mas a criança, com apenas alguns meses de idade, recuperou a saúde. Após uma investigação conduzida pelo inquisidor de Bolonha, o batismo foi considerado válido. Edgar, então com sete anos de idade, sendo sem dúvida cristão, tinha o direito a uma educação cristã. Para evitar tais situações delicadas, a lei proibia aos judeus o emprego de servos cristãos. Os pais de Edgar não haviam respeitado essa lei... E como pais judeus são incapazes de educar cristamente seu filho, a Inquisição romana, com a aprovação de Pio IX, decidiu, segundo o direito, retirar Edgar dos pais e confiar sua educação à sociedade cristã. Já adulto, o batizado de Bolonha não apenas perseverou na fé cristã, mas tornou-se padre e religioso.

Na primeira parte de seu testemunho, o Padre Mortara narra e justifica sua história rendendo homenagem a Pio IX. Na segunda parte, ele trata da “questão judaica” e do “antissemitismo”. Após lembrar que seu batismo, ocorrido poucos meses após seu nascimento, “neutralizara a influência do semitismo hereditário”, ele continua assim:

“Sobre o antissemitismo, devo distinguir dois aspectos: 1º) a questão de princípio, de religião e de costumes, a preponderância política e social; 2º) o antagonismo de raça e, como consequência, as represálias, o ódio e as perseguições.

“Supondo especulativamente que o antissemitismo não seja senão a luta entre o cristianismo, com seus direitos e sua legítima preponderância, e o judaísmo, caído da moral fundada sobre a revelação primitiva, tal luta é razoável e legítima. O judaísmo atual, qualquer que seja sua denominação, nega a divindade de Jesus Cristo e, por consequência, o sobrenatural no evangelho e na moral católica. Ele se perde no Talmude e na Cabala, entregando-se a transações com o filosofismo racionalista, ou então afundando de vez no agnosticismo. Esse é o fundo do seu símbolo. Há 25 anos, viajo como missionário pelos dois mundos, e por toda parte constatei esses traços característicos do judaísmo moderno.

“Para nós, católicos, aí reside um grande perigo a ser combatido. E como os princípios se encarnam nos homens, é natural que, na prática, se combata os judeus enquanto partidários de uma moral falsa e ímpia. Tal luta prosseguirá, tanto mais que, até o fim dos tempos, o judeu estará presente, endurecido como o caroço do fruto maduro, testemunha permanente da realização das profecias, anunciando de antemão, desde Moisés até o Apocalipse, seu endurecimento e sua decadência.

“Que para muitos antissemitas a luta não seja religiosa, mas puramente racial, nós sabemos; e mesmo sob esse ponto de vista, não afirmariamos que seja injustificável, embora sejam necessárias algumas reservas. (...) O judeu racionalista (...) adorou o bezerro de ouro; fez do banco e do dinheiro seu Messias cotidiano. É por esse caminho que ele aspira à hegemonia, pois tudo obedece ao dinheiro. É também nesse terreno que se disputa com ele tal hegemonia. (...) Uma justa e legítima defesa, no terreno da indústria e do comércio, não implica o direito de caçar e massacrar seu adversário.

“(...) Trabalhemos pela conversão dos judeus, não tanto por meio da polêmica, mas mostrando-lhes a beleza da religião católica. Esse proselitismo, no entanto, não deve se estender aos casamentos mistos, que talvez produzam alguns cristãos, mas com certeza muitos mais judeus. Conhece-se bem o resultado dos casamentos mistos entre protestantes e católicos. E sobretudo a oração. É isso que muitas vezes se esquece. (...) Aqui em Paris, em Notre-Dame de Sion, há anjos de oração que intercedem sem cessar pela conversão de nossos irmãos, os judeus. Aproveite a Deus que essa bela obra antissemitica tivesse mais eco e difusão.” (P. Pie-Marie Mortara, cônego regular de Santo Agostinho, *L'Univers*, 19 de maio de 1898).

Concluimos que, se Nina Valbousquet tivesse conhecido esse testemunho, ela não teria intitulado seu livro “Católico e antissemita”, mas sim “Católico, portanto antissemita”.

Fonte: <https://www.lasapiniere.info/archives/5841>